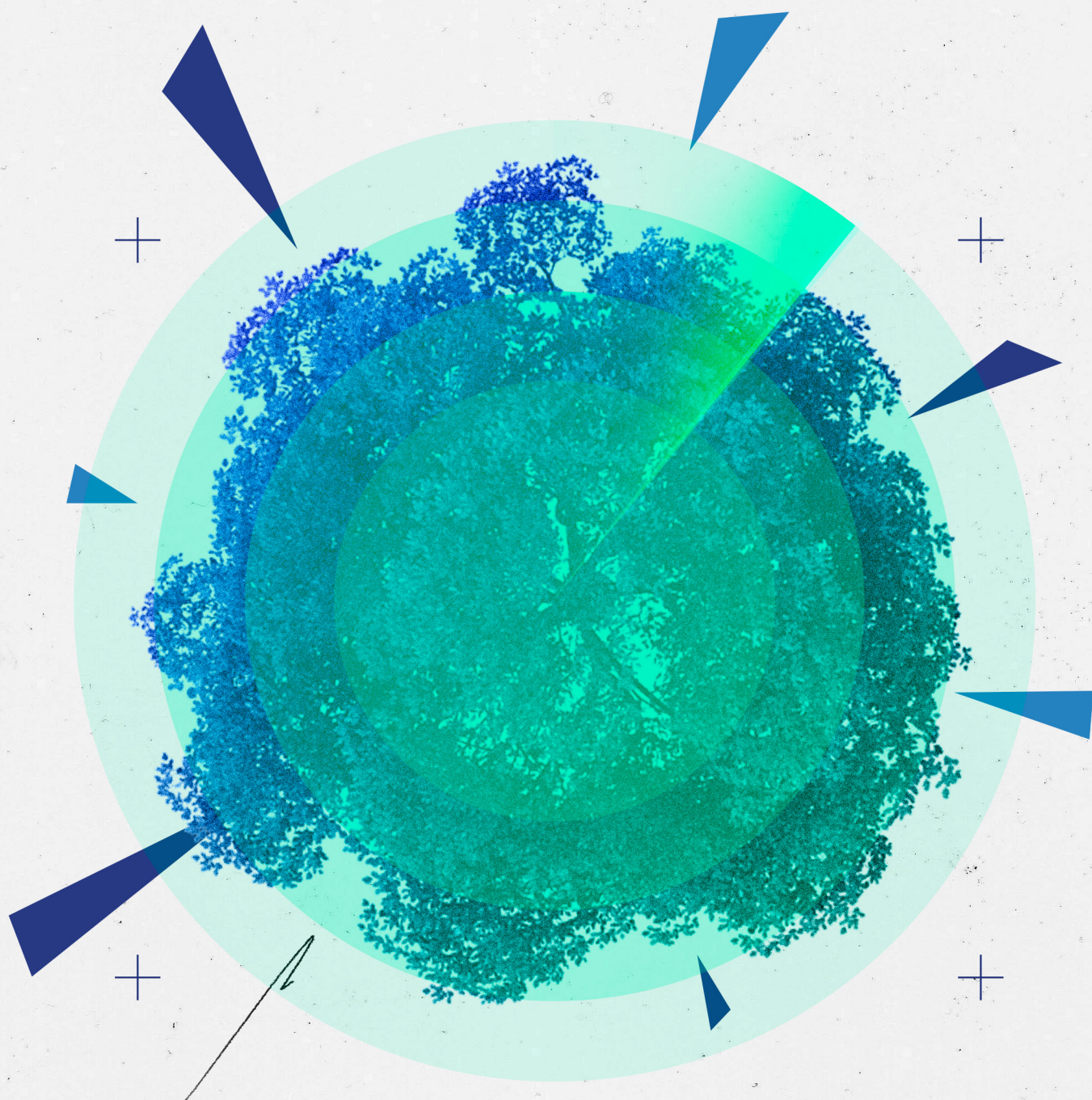




INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank



**AMAZON
INVESTOR
COALITION**



FORA DO RADAR

Riscos de segurança territoriais e regulatórios
na Amazônia brasileira e colombiana

Sumário

Resumo executivo	3
Introdução	4
Seção I.	
Conceituando os fatores e os riscos de insegurança	5
Seção II.	
Fatores e riscos de insegurança na Amazônia brasileira.....	8
Seção III.	
Fatores e riscos de insegurança na Amazônia colombiana ...	13
Seção IV.	
Mapeando os riscos de segurança territorial e regulatória	18
Resultados da pesquisa no Brasil.....	19
Resultados da pesquisa na Colômbia	29
Comparação entre Brasil e Colômbia	39
Seção V.	
Implicações para políticas públicas no Brasil e na Colômbia...	40
Anexo: Exemplos de medidas para mitigar os riscos territoriais e regulatórios	45
Notas de fim.....	49

Resumo executivo

A Amazônia enfrenta uma convergência crescente de ameaças ambientais, territoriais e de governança — impulsionadas por economias ilegais, pressão extrativa e fraca presença estatal — que colocam em risco o desenvolvimento sustentável e as metas climáticas. Enfrentá-las requer: fortalecer a governança territorial, empoderar comunidades locais e indígenas e alinhar a ambição política com a experiência daqueles que estão na linha de frente.

Ameaças à segurança física, conflitos fundiários, degradação ambiental e fraca presença do Estado estão entre os desafios mais urgentes enfrentados por organizações que atuam na linha de frente da Amazônia. Esses riscos são agravados pela demanda global, regional e nacional por *commodities* — incluindo madeira, ouro, carne bovina e soja — que intensifica a pressão sobre os territórios, enfraquece as salvaguardas regulatórias e favorece as práticas extrativistas predatórias.

Nesse contexto, ameaças físicas representam apenas uma das manifestações da insegurança territorial e regulatória. Igualmente generalizadas são as ações de redes criminosas que buscam consolidar o controle territorial e a influência política por meio de intimidação, corrupção e cooptação das estruturas locais de governança, configurando um “ecossistema de crimes ambientais”,¹ em que as economias ilegais, a captura institucional e a degradação ambiental se reforçam mutuamente.

No Brasil, riscos ambientais e financeiros, especialmente desmatamento ilegal e inconstância de financiamento, são preocupações dominantes. Na Colômbia, a insegurança relacionada ao controle do território por parte da criminalidade, as economias ilegais e a mobilidade restrita são as principais ameaças. Em ambos os países, atores da sociedade civil relataram se sentir mais expostos à insegurança territorial do que

seus equivalentes no setor privado, e pediram instituições mais fortes, melhor governança e modelos de desenvolvimento inclusivos baseados nas realidades locais.

Essas constatações são resultado de uma pesquisa online estruturada e de uma série de entrevistas com informantes-chave conduzidas pelo Instituto Igarapé entre outubro de 2024 e maio de 2025. A pesquisa buscou avaliar melhor as percepções de risco e as soluções propostas por instituições de pesquisa, organizações não governamentais e atores do setor privado atuantes na Amazônia. No total, foram realizadas 33 entrevistas semiestruturadas entre outubro de 2024 e janeiro de 2025. As pesquisas online realizadas na Colômbia e no Brasil entre março e maio de 2025 geraram outras 57 respostas do Brasil e 31 da Colômbia. Apesar do tamanho modesto da amostra, as respostas oferecem percepções qualitativas valiosas sobre a segurança e a sustentabilidade na Amazônia, capturando tanto os desafios sistêmicos enfrentados quanto as estratégias adotadas para lidar com eles.

No seu conjunto, os achados ressaltam como a Amazônia enfrenta uma convergência crescente de riscos territoriais, ambientais e de governança que comprometem o desenvolvimento sustentável e as metas de longo prazo em clima e biodiversidade. A análise destaca uma série de recomendações interconectadas de políticas públicas, baseadas nas experiências práticas e nas realidades operacionais de indivíduos e organizações na linha de frente. Essas recomendações enfatizam a necessidade urgente de reforçar a governança territorial por meio de maior presença do Estado, fortalecimento da capacidade judicial e aplicação mais eficaz das leis ambientais e fundiárias. Ao mesmo tempo, o empoderamento de comunidades indígenas e locais por meio do reconhecimento legal, da governança participativa e do acesso a meios de subsistência sustentáveis é essencial para promover resiliência e reduzir a vulnerabilidade a pressões criminais e extrativistas.

Os respondentes identificaram de forma consistente fatores estruturais como a insegurança sobre a posse da terra, a corrupção e a fragmentação regulatória, especialmente marcantes em áreas de fronteira e territórios afetados por conflitos armados. Para enfrentar essas questões, o relatório propõe uma estratégia dupla: fortalecer as instituições oficiais e, ao mesmo tempo, adotar modelos híbridos de governança que reflitam as realidades locais. Investidores de impacto, autoridades públicas e doadores também devem se adaptar, incorporando avaliações de risco territorial e regulatório em todo o planejamento de projetos, além de investir na capacitação de implementadores. O monitoramento liderado por comunidades, a inovação digital e os compromissos políticos estratégicos, como a Declaração de Belém, o Plano Amazônia do Brasil e a *Visión Amazonía* da Colômbia, são vistos como caminhos promissores para alinhar proteção ambiental, Estado de Direito e desenvolvimento sustentável.

As recomendações também ressaltam a necessidade de levar em consideração e enfrentar dinâmicas controversas ou pouco reconhecidas, como negociações informais com atores armados e a normalização da extorsão. Esses são sintomas de uma governança ausente ou frágil, da aplicação limitada das regulamentações e de altos níveis de informalidade. Um engajamento estratégico baseado em direitos, combinado com salvaguardas robustas e mecanismos de responsabilização, é fundamental para enfrentar esses desafios sem reforçar estruturas de poder ilícitas. O futuro da Amazônia depende de investimentos estruturados e éticos, baseados no território, que conectem a ambição política ao conhecimento operacional das frentes de atuação. Essas recomendações se dirigem a governos nacionais e subnacionais, organizações filantrópicas, doadores internacionais e, acima de tudo, às comunidades que dependem e defendem a floresta.

Introdução

Proteger a Amazônia e as populações que dela dependem exige um firme compromisso tanto com o Estado de Direito quanto com o fortalecimento de uma economia verde dinâmica. Esses objetivos são complementares e se fortalecem mutuamente. Em toda a Bacia Amazônica, agências públicas, empresas privadas e organizações da sociedade civil vêm mobilizando recursos para a conservação, a restauração ecológica e iniciativas sustentáveis ligadas à bioeconomia. Ainda assim, os investimentos em policiamento, instituições judiciais e proteção dos direitos humanos continuam insuficientes. Tal negligência não surpreende: enfrentar o crime organizado e a corrupção sistêmica é politicamente sensível e, por isso mesmo, evitado. Mas ignorar essas verdades desconfortáveis é perigoso. No Brasil, mais de 93% do desmatamento ocorrido em 2023 não possuía autorização legal, o que indica uma alta prevalência de atividades ilegais.² Na Colômbia, uma parcela significativa do desmatamento está ligada à grilagem de terras, construção de estradas não autorizadas, expansão da pecuária, cultivos ilícitos e mineração irregular, especialmente em terras públicas como áreas protegidas e reservas indígenas.³ Esses dados ressaltam a urgência de integrar segurança, transparência e justiça em qualquer estratégia significativa para proteger o futuro da região.

Diversos obstáculos desestimulam governos, empresas e instituições filantrópicas a investir no fortalecimento do Estado de Direito na Amazônia. Medidas para o aprimoramento das polícias ou a reforma do sistema judiciário costumam ser encaradas mais como custos do que como geradoras de valor, e, por isso, acabam ficando sob responsabilidade de órgãos públicos com recursos escassos. Iniciativas de segurança pública também envolvem riscos reputacionais e operacionais que tornam muitos investidores cautelosos. Somam-se a esses desafios a imensa escala e a complexidade geográfica da

Amazônia, uma área maior do que a Europa Ocidental, onde manter uma presença física constante das forças de segurança é custoso e logisticamente desafiador. Nesse cenário, interpretações convencionais do Estado de Direito centradas na autoridade formal, presença institucional e mecanismos formais de dissuasão, muitas vezes se mostram inadequadas. Ao mesmo tempo, há pouca compreensão sobre a extensão e a profundidade das deficiências do Estado de Direito: análises iniciais e monitoramentos regulares são inconsistentes, e os processos de diligência costumam se concentrar na corrupção ou em violações explícitas de direitos humanos, como o trabalho escravo. O resultado é que as preocupações com o Estado de Direito são sistematicamente ignoradas, e as consequências indiretas tratadas como o “preço de fazer negócios”.

Em resposta às crescentes ameaças do crime organizado e do crime ambiental, a Amazon Investor Coalition (AIC) e o Instituto Igarapé lançaram este estudo abrangente sobre a insegurança territorial e regulatória na Amazônia brasileira e colombiana. Com base em uma revisão documental e entrevistas com especialistas, a primeira seção apresenta um marco conceitual dos principais fatores e riscos. A segunda e a terceira seções analisam esses riscos no Brasil e na Colômbia, respectivamente, a partir de entrevistas com 33 profissionais com experiência direta no território. A quarta seção resume os achados de uma pesquisa online estruturada, aplicada a 88 pessoas nos dois países, com ênfase tanto nos desafios quanto nas soluções. E a quinta conclui com recomendações estratégicas voltadas a atores dos setores público, privado e da sociedade civil.

Seção I. Conceituando os fatores e os riscos de insegurança

Existem vários fatores que impulsionam a insegurança territorial e regulatória na Amazônia brasileira e colombiana. Com base na revisão de literatura, entrevistas com informantes-chave e uma pesquisa aplicada a atores selecionados em ambos os países, foram identificados oito fatores prioritários: instabilidade política, condições econômicas frágeis, fragilidades institucionais, incerteza sobre a posse da terra, impactos ambientais, corrupção e falta de transparência, tensões com comunidades indígenas e locais, e da atuação contínua do crime organizado e da violência interpessoal (ver Figura 1 e Anexo 1). Esses oito fatores e riscos serviram como um marco preliminar para a avaliação, orientando o desenho das entrevistas e dos questionários da pesquisa. Ainda que não seja definitiva, a lista oferece uma base empírica para a análise e as recomendações apresentadas nas seções seguintes do relatório.

Neste estudo, o termo “fatores” refere-se a forças estruturais e firmemente estabelecidas, como a volatilidade política, a incerteza sobre a posse da terra e a corrupção, que criam um terreno fértil para incursões territoriais e danos ambientais, e que requerem reformas sistêmicas. Já os “riscos” correspondem a eventos mais imediatos e próximos, derivados desses fatores, incluindo mudanças repentinas na liderança, ações violentas de intimidação por grupos criminosos organizados e ocupações oportunistas após a abertura de novas estradas. Os riscos podem ser antecipados e, potencialmente, mitigados por meio de medidas específicas, como o rápido envio de forças de segurança, a suspensão temporária de licenças ou a mediação de conflitos liderada pelas comunidades. É importante observar que os fatores e os riscos nem sempre são mutuamente exclusivos e, com frequência, se sobrepõem, já que certos fatores estruturais podem se manifestar simultaneamente como ameaças concretas em contextos territoriais que mudam rapidamente.

Figura 1. Conceituando fatores e riscos (abordagem geral)

Fatores	Riscos selecionados
Instabilidade política	Mudanças regulatórias e de políticas, protestos sociais e distúrbios, mudanças na liderança.
Condições econômicas desfavoráveis	Flutuações nos preços dos produtos básicos e nas taxas de câmbio, infraestrutura desigual e deficiente, pobreza, desigualdade e informalidade.
Fragilidades regulatórias	Regulação inconsistente e pouco clara, falta de aplicação da lei, cooptação das instituições regulatórias.
Incerteza sobre a propriedade da terra	Disputas sobre a posse e propriedade da terra, invasões e ocupações, registros de terras ausentes ou incompletos.
Mudanças ambientais	Desmatamento e degradação ilegais, ameaças à biodiversidade e à conservação, vulnerabilidades frente à mudança climática, capacidade limitada de cumprir normas ambientais e climáticas.
Corrupção e falta de transparência	Corrupção na gestão de recursos naturais, prestação de contas e transparência deficientes, participação de atores estatais e não estatais externos.
Relações tensas com comunidades indígenas e locais	Tensões intra-comunitárias sobre a governança, conflitos sociais e comunitários por terras e recursos.
Crime organizado e interpessoal	Penetração e controle territorial por grupos do crime organizado, alcance do crime ambiental, incidência de extorsão, assédio e intimidação, violência seletiva contra populações protegidas.

- **A instabilidade política** frequentemente se manifesta por meio de mudanças abruptas nas lideranças federais, estaduais ou municipais. Essas reviravoltas desestabilizam as políticas ambientais e de direitos fundiários, deixando agências de conservação e comunidades tradicionais em situação de incerteza.⁴ Também podem provocar protestos ou distúrbios que, em alguns casos, tornam-se violentos, desestimulando investimentos em soluções baseadas na natureza.⁵
- **Condições econômicas desfavoráveis**, especialmente a dependência de mercados de *commodities* voláteis, infraestrutura precária e altos índices de pobreza, alimentam a instabilidade social. Em grande parte da Amazônia, as rendas dependem de atividades extrativistas informais que oferecem retornos rápidos. Isso, por sua vez, gera resistência a modelos de desenvolvimento que proporcionam ganhos sustentáveis, porém mais lentos.⁶
- **As fragilidades regulatórias** tornam-se especialmente evidentes quando as leis sobre uso da terra e proteção ambiental são mal aplicadas. Também podem resultar de decisões judiciais conflitantes e da imposição desigual de sanções e infrações. As lacunas na regulamentação favorecem a grilagem de terras, a extração ilegal de madeira e a mineração não regulamentada.⁷ Atores poderosos, sejam autoridades formais ou agentes ilegais, se aproveitam desses vazios legais, comprometendo a responsabilização e intensificando os conflitos.⁸
- **A incerteza sobre a posse da terra** decorre de registros incompletos ou inexistentes, terras públicas sem designação, sobreposição de reivindicações e desconfiança em relação às autoridades. Disputas entre empresas privadas, agricultores, pecuaristas e povos indígenas e comunidades locais frequentemente se transformam em batalhas jurídicas ou em violência direta. A fraca aplicação dos direitos de propriedade incentiva ainda mais as ocupações não autorizadas.⁹
- **Mudanças ambientais** provocadas pela agricultura, pecuária, extração de madeira ou mineração podem gerar conflitos locais e maior repressão por parte das forças de segurança. A perda de biodiversidade intensifica as tensões pelo acesso a recursos, atrasa projetos e eleva os custos de cumprimento regulatório. Ao mesmo tempo, os impactos climáticos, como inundações, secas e aumento das temperaturas, agravam essas tensões em um contexto de fraca aplicação das normas ambientais.¹⁰
- **A corrupção e a falta de transparência** minam de forma crítica as medidas relacionadas ao Estado de Direito. Na ausência de mecanismos de controle, prosperam a fraude, a conivência, a lavagem de dinheiro e os conflitos de interesse. O acesso restrito à informação pública favorece a má gestão e alimenta o descontentamento das comunidades, corroendo ainda mais a confiança.¹¹
- **Relações tensas com as comunidades indígenas e locais** são agravadas por injustiças históricas e pressões externas das indústrias extrativistas. A falta de consulta adequada e o descumprimento do direito ao consentimento livre, prévio e informado costumam desencadear protestos, litígios e atrasos em projetos, inclusive dentro das próprias comunidades, em torno de disputas por liderança e controle de recursos.¹²
- **O crime organizado e ambiental** atua como uma força desestabilizadora latente. As redes do narcotráfico passaram a traficar cada vez mais madeira, ouro e fauna silvestre, financiando-se por meio da extorsão e da corrupção.¹³ Sua presença frequentemente envolve conivência com agentes públicos corruptos, ameaças diretas a defensores de direitos humanos e uma incerteza crônica sobre a governança da terra, o que mina qualquer possibilidade de investimento duradouro baseado na natureza.

Seção II.

Fatores e riscos de insegurança na Amazônia brasileira

A regulamentação territorial do Brasil em seus 772 municípios amazônicos é marcada por particularidades e desafios notáveis. Esta análise baseia-se em 17 entrevistas com informantes-chave de diferentes setores, incluindo profissionais da sociedade civil, procuradores federais e estaduais, policiais federais e militares, lideranças quilombolas e indígenas, acadêmicos e gestores públicos dos estados do Pará, Amazonas, Acre, Rondônia e Maranhão.¹⁴

Apesar de contar com um dos marcos legais mais abrangentes da América Latina para combater crimes ambientais, que inclui os níveis municipal, estadual e federal, o Brasil enfrenta sérias dificuldades para fazer valer essas regras na prática. Como admitiu um policial federal: “A regulamentação formal do Brasil é muito boa, muito melhor que outros países das Américas [...] Mas em termos de presença do Estado, que é o responsável por fazer cumprir essas regras, falhamos muito. Demoro a chegar nesses locais para fazer inspeções, e, quando chego, o sujeito já se escondeu e tudo o que me resta é queimar os barracos dos garimpeiros ilegais. Nossa atuação nesse tipo de situação é totalmente inadequada.”

A Amazônia Legal brasileira apresenta um mosaico de realidades regulatórias. Centros urbanos e capitais de estados contam com uma regulamentação formal consolidada, enquanto áreas rurais remotas, como comunidades que ficam a dois dias de barco de Itaituba, por exemplo, são muito mais vulneráveis à atuação de agentes e economias informais ou ilegais. Como explicou um

procurador do Ministério Público: “Existem variações de regulamentação, não é uma coisa só. Há lugares em que o Estado está mais presente, como as capitais e arredores de alguns grandes municípios. Nesses territórios, a regulamentação formal existe. [...] Mas se você vai para Itaituba (Pará), que fica a dois dias de barco da cidade mais próxima, não há equipamentos disponíveis, e a capital fica longe. Aí o informal toma conta de tudo, quando não o ilegal.”

Representantes da sociedade civil também disseram que muitos “acordos operacionais” funcionam à margem da lei formal. “Os marcos regulatórios não podem regular tudo”, comentou um deles. “Há coisas que não têm regras e que, mesmo assim, são feitas; o irregular predomina.” Mesmo em áreas com melhor cobertura institucional, persistem vazios de governança. Um promotor do estado do Pará lembrou: “O tráfico de influência é um problema. Aquele estabelecimento não é fiscalizado porque o proprietário favorece de alguma forma o político local, ajuda na campanha e na eleição, consegue licenças e autorizações... Não há fiscalização; há ordens dos superiores para não encontrar aquele lugar. Existem grandes empreendimentos sem nenhum tipo de inspeção.”

A resistência política e a interferência na regulamentação, desde ministérios federais até câmaras municipais, agravam essas fragilidades. Autoridades do poder executivo e legislativo costumam pressionar para enfraquecer as leis ambientais e fundiárias em busca de ganhos de curto prazo. “Governadores e prefeitos frequentemente emitem atos normativos para mudar as regras. O Ministério Público precisa estar atento para depois pedir a anulação desses atos e declarar sua inconstitucionalidade. Houve um decreto estadual que praticamente excluía a participação pública nos conselhos que administram os fundos climáticos”, relata um promotor do Ministério Público.

A desigualdade digital na Amazônia agrava ainda mais esses problemas. Com apenas 20% dos municípios do Pará com sistemas de licenciamento digital, a maioria dos pedidos ainda se arrasta pelos meandros da burocracia — isso quando chegam a algum órgão público.¹⁵ Na prática, intermediários sem permissão legal “vendem” licenças e escrituras falsificadas, enquanto os requerentes legítimos enfrentam processos sem regras claras, tarifas imprevisíveis e esperas intermináveis. A falta de transparência nos registros fundiários e nas licenças não apenas desestimula investimentos legítimos em empreendimentos sustentáveis, como também priva o governo de receitas e deixa as comunidades locais sem meios para defender seus direitos. O resultado é uma economia informal construída sobre brechas legais, em que a única certeza é a incerteza.

A insegurança fundiária está no cerne do problema. Extensas áreas seguem sem clareza na titulação, enquanto uma mixórdia de reivindicações, invasões e grilagens de terra travam o ordenamento territorial e estimulam indivíduos ou grupos oportunistas. “Há muitos conflitos agrários; são disputas antigas que influenciam decisões e ocupações há muitos anos... A falta de regularização fundiária no Brasil deixa esses territórios ameaçados por invasores, grileiros e grandes latifundiários”, alertou um representante da sociedade civil.

As reivindicações sobrepostas, a grilagem de terras e as grandes propriedades sem escritura comprometem a segurança jurídica sobre a posse da terra e impedem qualquer planejamento coerente de uso do solo. Segundo diversos entrevistados, esse cenário estimula práticas predatórias e intensifica conflitos agrários. A indefinição legal também favorece a especulação imobiliária e o desmatamento ilegal, evidenciando que, na Amazônia, as disputas por terra e a degradação ambiental são processos inseparáveis.

A precariedade socioeconômica e as lacunas de infraestrutura aprofundam ainda mais essa insegurança. A malha elétrica e a rede viária da região foram construídas para atender aos grandes projetos de agronegócio e usinas hidrelétricas, enquanto a cobertura de internet segue esparsa.¹⁶ As enchentes sazonais podem tornar as estradas intransitáveis por semanas, isolando comunidades do acesso a serviços básicos e mercados formais. Diante da escassez de alternativas viáveis, muitos acabam recorrendo a atividades extrativistas ou ilícitas para garantir a subsistência. Como observou um dos entrevistados: “A Amazônia foi pensada e estruturada para a exploração agrícola e para a geração de energia elétrica, não para a agricultura familiar. Há locais que ficam inacessíveis durante a estação chuvosa, sem contar a dificuldade de acesso à internet, e tudo isso afeta diretamente o resultado de qualquer investimento.” Nas regiões de fronteira, onde os serviços públicos são frágeis, o monitoramento é quase inexistente e a responsabilização é uma promessa distante, os mercados paralelos florescem para atender à demanda local.¹⁷

A corrupção e a falta de transparência agravam ainda mais as lacunas na fiscalização. Os processos de licenciamento e titulação de terras são obscuros, e os municípios, com equipes reduzidas, não dispõem de recursos para orientar ou fiscalizar os requerentes. A interferência política garante que operadores bem relacionados escapem do escrutínio, enquanto pequenos produtores ficam desassistidos. Nas palavras de um promotor do Ministério Público: “[O] sistema que temos hoje favorece a informalidade e a ausência de fiscalização, que atualmente está muito abaixo do nível adequado, atua com rigidez na situação errada. Existem muitos pequenos empreendimentos que não causariam degradação se tivessem mais apoio e orientação adequada”.

Os órgãos reguladores municipais, limitados pela escassez de funcionários, capacitação deficiente, alta rotatividade e interferência política, costumam fechar os olhos para empreendimentos ligados a grupos de poder e acabam favorecendo interesses privados em detrimento do bem público. Enquanto isso, a corrupção endêmica em todos os níveis de governo corrói os esforços de proteção, conservação e regeneração das terras.

O crime organizado controla cada vez mais as economias de fronteira. Grupos como o Comando Vermelho (CV), o Primeiro Comando da Capital (PCC) e facções do Norte do Brasil diversificaram suas atividades para a extração ilegal de madeira, o garimpo de ouro e o tráfico de animais silvestres, muitas vezes coagindo comunidades locais e cooptando agentes públicos. “Os estados do Norte estão infestados de organizações criminosas, principalmente o CV, mas há também o PCC e, em certa medida, facções locais”, disse um procurador federal.

Lideranças afro-brasileiras, incluindo representantes quilombolas, afirmam que mesmo em terras demarcadas “prevalecem a informalidade e os conflitos”. As comunidades indígenas também enfrentam dificuldades para conter traficantes, apesar de terem o controle sobre as concessões de mineração e manejo florestal.¹⁸

Defensores ambientais na linha de frente operam sob ameaça constante. O Brasil registra um dos maiores números de ataques a ativistas ambientais no mundo,¹⁹ tanto físicos quanto o que muitos chamam de “morte virtual” por meio de assédio online. Um servidor público observou: “A morte já não é apenas física. A morte virtual e os massacres nas redes sociais são muito comuns atualmente.”

Representantes da sociedade civil denunciam a ausência de regulamentação nas redes sociais e alertam para casos de “linchamento virtual” e “ódio coletivo”, enquanto os programas estatais de proteção seguem com recursos insuficientes. Segundo um procurador, “o risco jurídico é que, ao se atuar com improbidade administrativa ligada diretamente ao direito ambiental, pode-se sofrer representação por parte de quem foi multado.”

Falhas operacionais e institucionais também colocam em risco medidas de proteção e preservação ambiental. Segundo informantes-chave, as verbas para combustível das patrulhas são escassas, há falta de pessoal e ocorre apagão de comunicação assim que as equipes deixam os centros urbanos. Um policial militar em Rondônia relatou que: “Faltam aeronaves para inspeções e meios para deslocar as tropas. E quando nos afastamos das áreas urbanas, ficamos sem rádio, internet ou telefone; perdemos a capacidade de nos comunicarmos e até de pedir apoio logístico.”

Ao longo das desprotegidas regiões de fronteira do Brasil, grupos indígenas têm formado suas próprias alianças para defender seus territórios, confirmando a necessidade urgente de fortalecer, de forma coordenada, tanto as instituições do Estado de Direito quanto a infraestrutura básica. Segundo um representante da sociedade civil, “nas regiões de fronteira onde não há presença do Estado, ou onde os que estão presentes não têm treinamento ou recursos para uma atuação mais efetiva, são os próprios povos indígenas que tentam proteger os territórios”. Eles estão se unindo a outras comunidades na região para enfrentar essa situação.”

Figura 2. Resumo dos principais riscos e fatores identificados por respondentes no Brasil (n=17)

Risco	Descrição
Crime organizado	Grupos criminosos como o CV e o PCC combinam o tráfico de drogas com a exploração ilegal de madeira e de minérios em áreas de fronteira e territórios protegidos, cooptando jovens e deteriorando a segurança das comunidades.
Choques e tensões climáticas	Secas e enchentes recorrentes destroem colheitas, interrompem o abastecimento de alimentos e a mobilidade, impactando especialmente comunidades tradicionais e limitando seu acesso a serviços básicos.
Ameaças a defensores ambientais	Ativistas enfrentam agressões físicas, assédio judicial e “morte virtual” nas redes sociais, enquanto os mecanismos estatais de proteção, fragmentados, os deixam expostos.
Conflitos agrários em expansão	Disputas territoriais entre agricultores, ocupantes e comunidades tradicionais resultam em violência, especialmente em terras quilombolas e indígenas ainda não regularizadas.
Fragilidades e limitações operacionais	Agências estatais com poucos recursos, pessoal insuficiente e falta de equipamentos deixam vastas áreas fora do alcance da fiscalização e do monitoramento.
Pressão regulatória e retrocesso legal	Interesses políticos e comerciais pressionam por mudanças que enfraquecem as leis ambientais e de uso da terra, facilitando empreendimentos predatórios.
Deslocamento de comunidades tradicionais	Povos indígenas, quilombolas e ribeirinhos são expulsos de seus territórios ancestrais pela violência, pressão econômica e colapso de serviços básicos.



Fator	Descrição
Insegurança sobre a posse da terra	Superposição de escrituras, grilagem de terra e grandes latifúndios sem registro geram confusão, paralisam o planejamento do uso da terra e favorecem a degradação ambiental e os conflitos agrários.
Déficit socioeconômico e de infraestrutura	A escassez de serviços de saúde, educação e saneamento, somada à precariedade no fornecimento de energia, vias de acesso e conectividade, empurra as populações locais para meios de vida extrativos ou ilícitos.
Corrupção e falta de prestação de contas	A concessão de licenças sem transparência, aliada à fiscalização politizada, permite que atores bem relacionados escapem ao escrutínio, priorizem interesses privados e enfraqueçam a confiança nas instituições do Estado.
Fragilidade institucional	A fraca presença do Estado, a alta rotatividade de pessoal e os processos manuais dificultam a fiscalização. Existem poucos sistemas digitais para agilizar a concessão de licenças, registrar infrações ou disponibilizar registros de propriedade online a títulos de terra — ferramentas essenciais para garantir maior segurança contra a grilagem e a superposição de escrituras.
Resistência política na regulamentação	Atores políticos e grupos empresariais exercem pressão sistemática para enfraquecer as salvaguardas ambientais, promovendo o adiamento ou o esvaziamento de normas e dificultando sua implementação efetiva.
Interferência política nos órgãos de controle e fiscalização	Lideranças locais exercem pressão sobre as agências responsáveis pela aplicação da lei, subordinando decisões técnicas a interesses partidários e limitando a atuação autônoma dos fiscais.

Seção III.

Fatores e riscos de insegurança na Amazônia colombiana

A Colômbia enfrenta um conjunto complexo de desafios regulatórios e territoriais em seus 61 municípios e 18 territórios especiais (zonas não municipalizadas).²⁰ A presente análise baseia-se em 16 entrevistas com informantes-chave, que compõem um grupo diverso de entrevistados, incluindo as forças armadas, a Procuradoria-Geral, o Ministério do Meio Ambiente, centros de pesquisa, lideranças indígenas e comunitárias, além de pesquisadores de diversos departamentos, como Amazonas, Caquetá, Guainía, Guaviare, Meta, Putumayo e Vaupés.²¹

A governança na Amazônia colombiana encontra-se em um ponto crítico, marcada por dinâmicas de poder voláteis, facções criminosas enraizadas e um emaranhado de normas formais e informais. Lideranças da sociedade civil, autoridades governamentais e agências de cooperação internacional concordam que este é um dos momentos mais difíceis das últimas décadas para se atuar na região. “Em trinta anos na Amazônia, é a primeira vez que tivemos que evacuar nossa equipe por motivos de segurança”, relatou um líder ambiental.

Assim como no Brasil, a fraca aplicação das regulamentações obriga os atores locais a navegar por um ambiente complexo, onde estruturas formais de governança coexistem com sistemas ilegais e informais. A infraestrutura insuficiente e as barreiras logísticas, especialmente a dificuldade de acesso a áreas remotas, agravam ainda mais essas lacunas de governança, impedindo a presença e o controle efetivos do Estado. A dinâmica de segurança há muito tempo é difícil, mas a situação tem se tornado ainda mais instável devido ao comportamento

adaptativo dos grupos criminosos, que reconfiguram continuamente as regras do jogo, impondo novas formas de controle territorial e cooptando projetos estatais e investimentos públicos. “Nas zonas sob influência dos dissidentes das Farc,²² só avançam os projetos que eles aprovam”, observou um profissional que atua em iniciativas lideradas por comunidades.

A fragmentação regulatória varia drasticamente entre regiões, em função da presença desigual do Estado, das disparidades socioeconômicas e da influência dos grupos armados criminosos. Em áreas historicamente sob domínio das Farc, prevaleciam as normas impostas pela guerrilha. Atualmente, no entanto, diferentes grupos armados impõem códigos divergentes — alguns toleram, ainda que com resistência, a presença de programas governamentais, enquanto outros impedem seu funcionamento por completo. O resultado é um cenário de insegurança, onde autoridades governamentais, grupos armados ilegais e instituições comunitárias informais disputam a supremacia. As facções criminosas aprofundam a instabilidade econômica e os danos ambientais ao extrair ouro e explorar madeira ilegalmente e extorquir comerciantes e agricultores locais.

A dinâmica social da Amazônia colombiana dificulta a aplicação de um único modelo de governança. Embora a presença histórica do Estado tenha sido frágil, os povos indígenas e as organizações comunitárias locais desenvolveram seus próprios sistemas de governança, que, inclusive, têm se mostrado resilientes e, em muitos casos, mais eficazes na gestão dos recursos e na proteção dos territórios. No entanto, essas estruturas vêm sendo cada vez mais enfraquecidas pelo avanço de atores ilegais. Apesar de a decisão da Corte Suprema de Justiça da Colômbia, em 2018, reconhecendo a Amazônia como sujeito de direitos, ter representado um marco jurídico importante, sua aplicação segue incerta.²³ Em muitos territórios indígenas, os sistemas formais e consuetudinários de governança agora coexistem com pressões de grupos criminosos, corroendo sua autoridade.

A região vive um paradoxo curioso. Órgãos governamentais, doadores e organizações não governamentais investem recursos em plataformas de coordenação, planos estratégicos e iniciativas multissetoriais. Mesmo assim, as economias ilícitas persistem e se adaptam com facilidade. Cada nova política parece estimular não o cumprimento das regras, mas sim novas formas de atuação ilegal e criminosa. A distância entre a formulação de políticas e sua aplicação torna ineficazes muitos marcos legais, deixando comunidades e ecossistemas expostos.

A falta de integração entre segurança pública, reforma judicial e medidas de direitos humanos exige uma reformulação completa das estratégias para fortalecer o Estado de Direito. Sem uma intervenção rápida e coordenada, a Amazônia se aproxima de um ponto de inflexão ecológico e social, ameaçando suas florestas e os milhões de pessoas que dela dependem.

A Amazônia enfrenta riscos significativos decorrentes do desmatamento ilegal, impulsionado pela pecuária, redes criminosas, grilagem de terras e atividades extrativistas, como a mineração ilegal. A resposta insuficiente do poder público e a cooptação de instituições locais por determinadas elites²⁴ agravam as tensões sociais latentes e a degradação ambiental.²⁵ Tensões dentro das comunidades indígenas e locais, estimuladas pelo influxo de recursos e pela má gestão, desestabilizam ainda mais a região. Facções criminosas recorrem a extorsões, colocando em risco projetos locais e investimentos. Esses fatores, aliados à demanda global por *commodities* e ao crime transnacional, criam um cenário instável e desafiador para o desenvolvimento sustentável e os investimentos na Bacia Amazônica.²⁶

O crime organizado e os grupos armados que dominam vastas áreas da Amazônia colombiana impõem uma espécie de governança paralela ou “criminosa” por meio de extorsão, postos de controle e poder de veto sobre projetos. Muitos assumem funções que normalmente caberiam ao Estado, como impor restrições de mobilidade, controlar a implementação de projetos e cobrar taxas (ilegais). “Isso paralisa tudo”, relatou um trabalhador ambiental. “As pessoas ficam com medo e deixam de participar.”

Financiados pela comercialização ilícita de drogas, madeira e ouro, esses grupos ignoram e deslegitimam as autoridades oficiais e, em alguns casos, cooptam líderes comunitários e até guardiões indígenas. Conflitos entre facções e cessar-fogos pontuais dificultam a aplicação consistente da lei, enquanto grupos armados usam o desmatamento como moeda de troca em negociações com Bogotá. Apesar da modernização dos sistemas de monitoramento e do aprimoramento dos mecanismos regulatórios, as agências nacionais e estaduais carecem tanto de direção estratégica quanto de presença no território para reagir de forma eficaz. Tropas militares e polícias mal equipadas estão sobrecarregadas, com pouca mobilidade e recursos insuficientes e, o pior de tudo, a Amazônia continua longe de ser uma prioridade para ambas.

Mecanismos frágeis de governança transnacional e regulações nacionais inconsistentes agravam ainda mais esses riscos. A ausência de marcos internacionais robustos para combater crimes ambientais permite que recursos ilegais, como o ouro, entrem nos mercados globais por meio de países com controles regulatórios brandos, aumentando os riscos reputacionais para investidores. No plano nacional, normas pouco claras e incoerentes minam a confiança institucional e dificultam a conformidade, especialmente em territórios indígenas e regiões de fronteira. Por exemplo, a ausência de uma regulação coerente para o mercado de carbono deixa comunidades vulneráveis e permite que empresas atuem com regras autoimpostas.

A precariedade econômica e os déficits de infraestrutura estão intimamente ligados à limitada presença do Estado. A região carece de condições básicas para sustentar alternativas duradouras e em larga escala às economias ilegais, como manejo florestal sustentável, ecoturismo ou iniciativas bioeconômicas. “Existem iniciativas pequenas e dispersas”, explicou um agente de desenvolvimento, “mas não são suficientes para mudar a trajetória.” Sem investimentos públicos direcionados e políticas adaptadas às realidades locais, a resiliência das comunidades permanece fora de alcance.

Enquanto isso, a construção informal e ilegal de estradas abriu as fronteiras florestais a ondas de ocupantes, facilitando a chegada de novos assentamentos e atividades extrativistas que aceleram o desmatamento. Grupos armados, assumindo a dianteira, ultrapassam os órgãos oficiais no registro e planejamento fundiário, semeando novas tensões. Agricultores familiares depositam suas esperanças na Reforma Rural Integral,²⁷ enquanto os povos indígenas pressionam por avanços em processos respaldados por decisões judiciais, como o Cadastro Multipropósito,²⁸ concebido para atualizar e esclarecer os registros de propriedade da terra, mas continua longe de sua plena implementação, perpetuando a insegurança fundiária e dificultando o planejamento territorial.

As fragilidades regulatórias na Amazônia colombiana minam a capacidade de atuação do Estado, permitindo que atores ilícitos desrespeitem os marcos legais formais. Novas legislações ambientais trouxeram algum avanço, mas sua implementação irregular e a escassez de recursos as tornaram inócuas. Na maioria dos departamentos de fronteira, a presença institucional é extremamente limitada: juízes, fiscais ambientais e promotores carecem de meios para punir infratores ou desarticular redes criminosas. As forças de segurança, mal equipadas, enfrentam dificuldades de mobilidade, orçamentos limitados e um mandato centrado nas áreas urbanas, o que deixa a maior parte das economias ilegais da região fora de controle.

Figura 3. Resumo dos principais riscos e fatores identificados por respondentes na Colômbia (n=16)

Risco	Descrição
Governança criminosa e controle territorial	Em vários territórios, grupos armados e redes criminosas exercem controle social e territorial por meio de cobranças extorsivas, restrições à mobilidade e a imposição de vetos a iniciativas externas. Essas dinâmicas, combinadas com disputas internas e estruturas de liderança pouco transparentes, geram altos níveis de incerteza e risco para a implementação de projetos, a prestação de serviços e a governança local.
Desmatamento ilegal	A grilagem de terras desenfreada e o desmatamento pressionam comunidades e fragmentam os ambientes naturais, enquanto as respostas governamentais seguem pontuais, com poucos recursos e sem uma estratégia unificada.
Extorsão e intimidação	Redes criminosas extorquem e se apropriam de fundos de comunidades indígenas, agricultores e pequenos negócios. Também forçam investidores e grandes empresas a incluir pagamentos de proteção e segurança privada nos seus custos operacionais.
Crimes ambientais e economias ilegais	A alta do ouro impulsiona a mineração ilegal, acelera o desmatamento, enfraquece economias legais e rompe o corredor ecológico Andes-Amazônia. Essas atividades ilícitas corroem a economia formal, financiam redes criminosas e fragmentam corredores ecológicos fundamentais que conectam os Andes à Amazônia.
Captura de instituições regulatórias	Elites locais ligadas à grilagem de terras e economias ilícitas distorcem decisões de licenciamento e fiscalização em benefício próprio, corroendo a governança ambiental.
Tensões de governança intra-comunitária	A entrada de receitas, como pagamentos por créditos de carbono, em alguns casos provoca disputas sobre a alocação de fundos e lideranças dentro de comunidades indígenas e tradicionais.
Fragilidades na aplicação da lei	O Estado carece de direção estratégica e capacidade: forças de segurança com poucos recursos e mobilidade limitada deixam vastas áreas fora do alcance do Estado de Direito.

Fator	Descrição
Fragilidade regulatória	Embora novas leis ambientais tenham sido aprovadas, sua implementação irregular, a escassez de pessoal e o baixo poder de sanção diante das redes criminosas e dos crimes ambientais as tornam, em grande parte, medidas simbólicas.
Déficit econômico e de infraestrutura	A escassez de estradas, energia e redes digitais, e a ausência de infraestrutura para grandes projetos, impede o avanço de bioeconomias e do manejo florestal sustentável, mantendo comunidades presas a meios de vida extrativos.
Corrupção e falta de transparência	Esquemas de créditos de carbono sem transparência e “soluções baseadas na natureza” podem gerar desconfiança, à medida que comunidades não veem os benefícios prometidos. Iniciativas de bioeconomia também podem carecer de transparência administrativa.
Demanda impulsionada por matérias-primas	A demanda global por carne bovina, cocaína, madeira e ouro impulsiona mudanças no uso da terra e o desmatamento, expondo investidores a riscos regulatórios e reputacionais. A fraca fiscalização de compromissos com cadeias livres de desmatamento agrava o problema.
Crime ambiental transnacional	Organizações criminosas que operam além das fronteiras combinam atividades ilícitas (mineração, desmatamento, caça ilegal e tráfico de drogas) com investimentos legais para lavar lucros, consolidando uma “governança criminosa” paralela na Amazônia.
Governança transnacional frágil	A ausência de marcos internacionais robustos contra crimes ambientais permite que recursos ilegais entrem nos mercados globais. A fraca cooperação entre países fortalece ainda mais as redes criminosas.
Inconsistência regulatória	A sobreposição e a variabilidade entre legislações nacionais, normas indígenas e regulamentos municipais dificultam a fiscalização e enfraquecem a confiança nas instituições.

Seção IV. Mapeando os riscos de segurança territorial e regulatória

A Amazônia enfrenta uma série de desafios complexos em matéria de segurança territorial e regulatória. Para compreender melhor essas ameaças e enfrentá-las de forma mais eficaz, foi realizada uma pesquisa online estruturada entre março e maio de 2025, voltada a pessoas estrategicamente selecionadas no Brasil e na Colômbia. Aplicada em português e espanhol,²⁹ a pesquisa foi concebida para reunir, de forma sistemática, informações acionáveis sobre as dinâmicas de segurança, os riscos críticos e fatores estruturais, além de documentar as iniciativas utilizadas por atores locais para mitigar essas ameaças. O foco recaiu sobre dois grupos principais: instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil, bem como empreendedores privados e lideranças empresariais atuantes na região.

A pesquisa alcançou 550 pessoas no Brasil e 217 na Colômbia, obtendo 57 respostas completas no Brasil e outras 31 na Colômbia, o que permitiu reunir perspectivas fundamentais de quem está na linha de frente da segurança e da sustentabilidade na Amazônia.³⁰ Embora o tamanho da amostra e as taxas de resposta sejam modestos, o que limita a possibilidade de generalizações estatísticas amplas, os achados oferecem valiosos *insights* qualitativos e descritivos. Esses *insights* iluminam as experiências vividas e as estratégias locais de especialistas e profissionais que atuam em áreas desassistidas e vulneráveis da Amazônia.

No Brasil, os participantes estavam concentrados principalmente nos nove estados que compõem a Amazônia Legal, especialmente no Amazonas e no Pará.³¹ No caso do Amazonas, os respondentes estavam baseados em centros urbanos como Manaus e em bacias hidrográficas estratégicas, como as do Juruá e do Purus.³² No Pará, os participantes estavam em Belém, Marabá, Santarém e Alter do Chão, bem como nas bacias do Tapajós e do Xingu, no Nordeste Paraense e no arquipélago do Marajó. Houve menos respostas do Acre, Amapá, Rondônia e Roraima, em sua maioria relacionadas a corredores ecológicos estratégicos. Também participaram respondentes do Maranhão, Tocantins e Mato Grosso, alguns dos quais atuam em áreas de transição entre a Amazônia e o bioma do Cerrado. Além disso, várias respostas mencionaram operações em áreas fora da Amazônia, especialmente em São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul, refletindo redes nacionais mais amplas e sedes organizacionais localizadas fora da região amazônica.

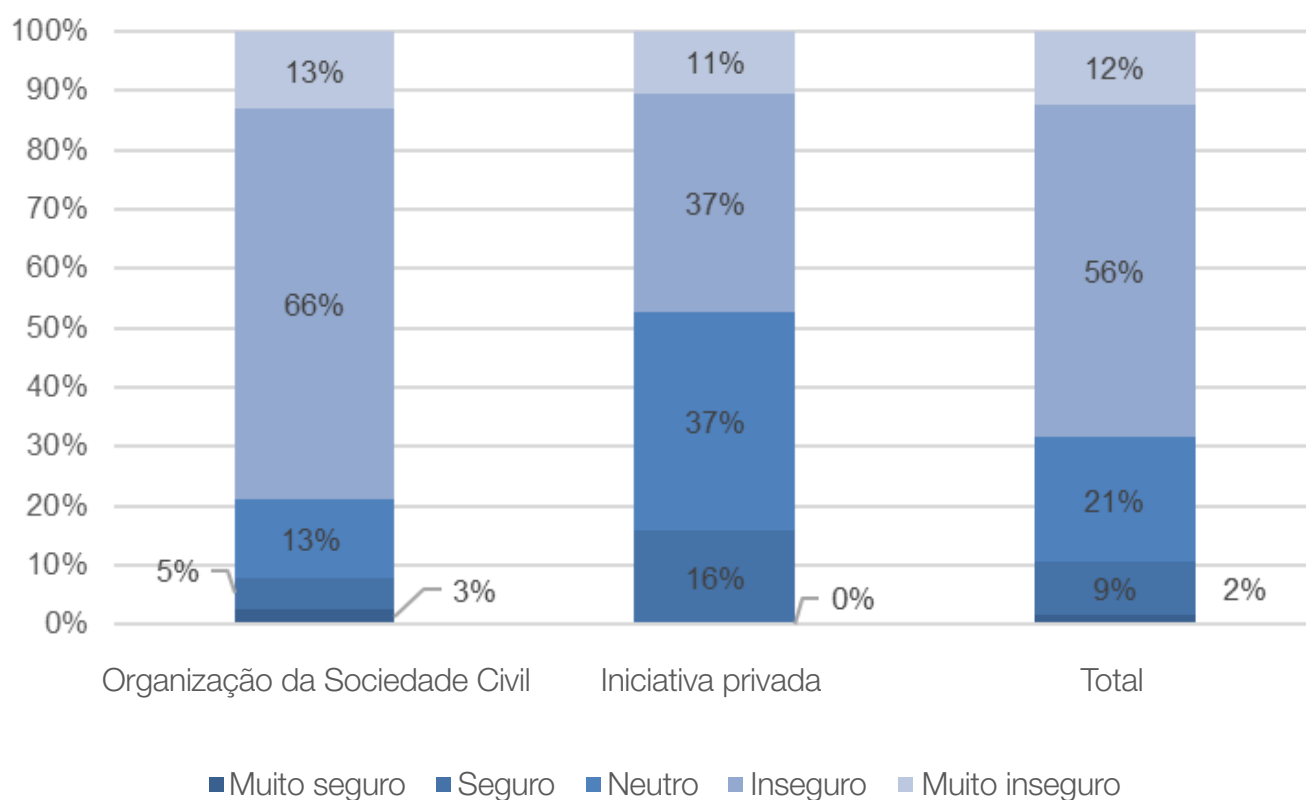
Na Colômbia, a maioria dos participantes relatou atividades centradas principalmente em departamentos amazônicos. Destacou-se o Amazonas, com diversos projetos voltados para a cidade de Leticia e para iniciativas ecológicas transfronteiriças. O departamento de Caquetá também foi apontado como uma região crítica para uso sustentável do solo e esforços de conservação, especialmente ao longo do rio Caquetá e em áreas como El Doncello e Puerto Córdoba. Além disso, foram mencionadas atividades nos departamentos de Guaviare, Putumayo e Meta, relacionadas à governança florestal, aos territórios indígenas e à gestão sustentável de recursos. Departamentos como Guainía, Vaupés e Vichada participaram principalmente de iniciativas regionais ou interdepartamentais. Um grupo menor de respondentes relatou atuação em departamentos não amazônicos, como Antioquia, Cundinamarca, Cesar, Córdoba, Valle del Cauca, Atlântico e Nariño, coordenando programas em nível nacional ou apoiando esforços voltados para a Amazônia de forma remota.

Resultados da pesquisa no Brasil

Mais da metade dos respondentes brasileiros expressaram preocupações significativas com a sua segurança nos territórios onde atuam na Amazônia: 56% declararam sentir-se inseguros, e outros 12% afirmaram sentir-se muito inseguros (ver Figura 4). De forma preocupante, as percepções de insegurança foram especialmente elevadas entre

organizações da sociedade civil (incluindo organizações não governamentais - ONGs) e instituições de pesquisa, das quais cerca de dois terços (66%) relataram alto nível de preocupação. Em contraste, os respondentes do setor privado demonstraram uma sensação de vulnerabilidade um pouco menor: 37% classificaram sua situação de segurança como neutra, o que reflete percepções divergentes de risco, moldadas por papéis distintos, níveis variados de exposição e proximidade das ameaças no território.

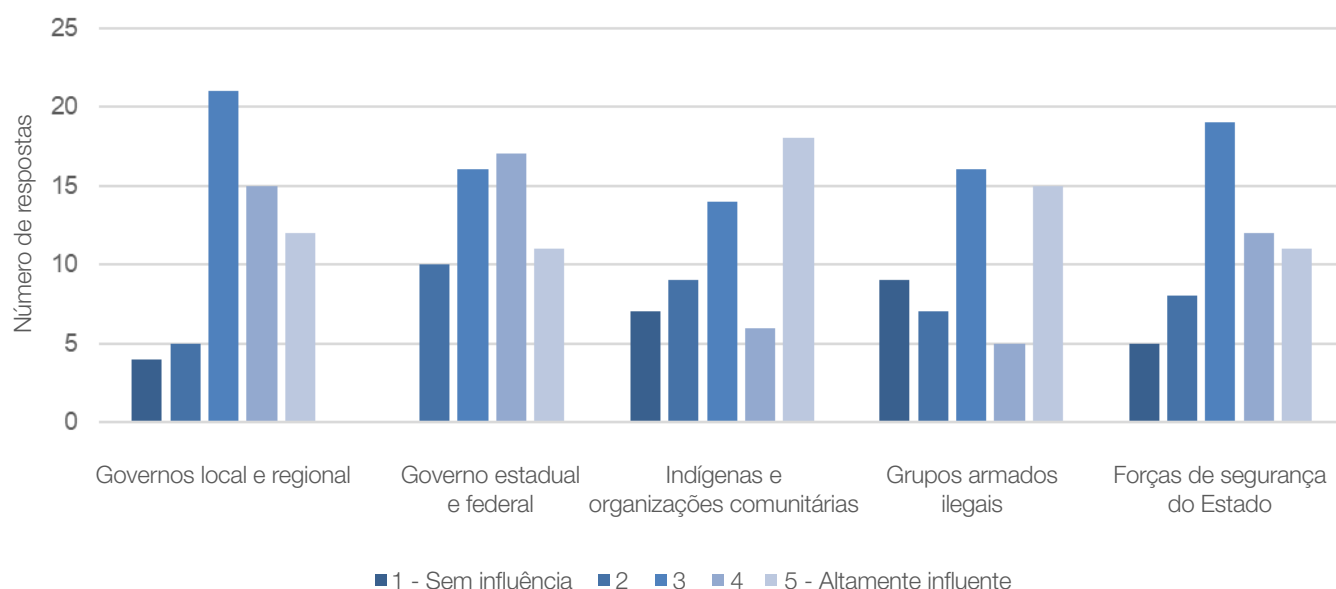
Figura 4. Como você avalia o nível de segurança nas áreas geográficas da Amazônia onde sua organização atua? (n=57)



Os respondentes brasileiros ofereceram perspectivas reveladoras ao serem consultados sobre quais atores exercem maior influência sobre a dinâmica da segurança nos territórios onde atuam. Utilizando uma escala de 1 (sem influência) a 5 (altamente influente), os participantes apontaram as autoridades políticas locais como as de maior influência, seguidas pelos governos estaduais e federal (ver Figura 5). As organizações indígenas e as forças de segurança oficiais também foram consideradas atores de influência

significativa, enquanto as forças de segurança estaduais foram avaliadas com menor peso. Chama a atenção que grupos armados ilegais também tenham recebido pontuações comparativamente altas, refletindo uma realidade preocupante. Esses achados ilustram a complexa interação de atores que molda a segurança na Amazônia — um território em disputa, onde a governança formal, a liderança indígena, os aparatos estatais de segurança e as entidades ilícitas coexistem em um frágil equilíbrio, com frequência, volátil.

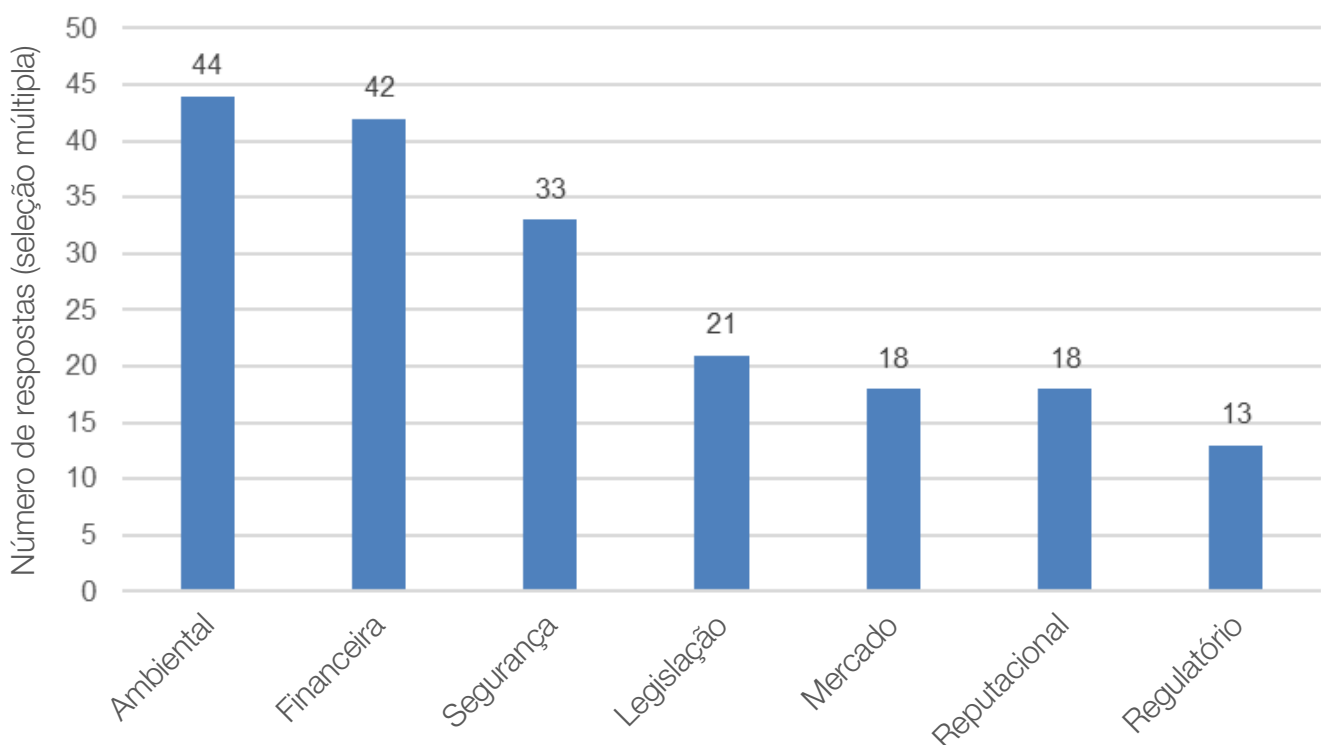
Figura 5. Quais atores exercem maior influência sobre a dinâmica da segurança nas áreas geográficas onde sua organização atua (de forma positiva ou negativa)? ($n=57$)



Ao serem consultados sobre os riscos mais significativos que impactam suas operações na região amazônica, os respondentes mencionaram com maior frequência os riscos ambientais — incluindo desastres naturais, mudanças climáticas e degradação ambiental — como sua principal preocupação (44 de 57 respostas). Os riscos financeiros, que englobam instabilidade econômica, escassez de financiamento e interrupções no fluxo de caixa, ocuparam o segundo lugar, com 42 menções. Em seguida vieram os riscos de segurança, que incluem ameaças relacionadas ao crime, à violência e à instabilidade política,

destacados por 33 respondentes. Outros tipos de risco foram citados com menor frequência, mas ainda de forma significativa: Os riscos legais, como ações judiciais ou disputas contratuais, foram mencionados por 21 pessoas; os riscos reputacionais e os riscos de mercado, com 18 menções cada, estiveram associados a preocupações com publicidade negativa e condições econômicas em transformação, respectivamente. Por fim, os riscos regulatórios, ligados a sanções ou descumprimento de normas, foram os menos relatados, aparecendo em apenas 13 respostas (ver Figura 6).

Figura 6. Quais são os tipos de riscos mais significativos que impactam ou podem afetar as operações da sua organização nos projetos e iniciativas que desenvolve na região amazônica? ($n=189$)

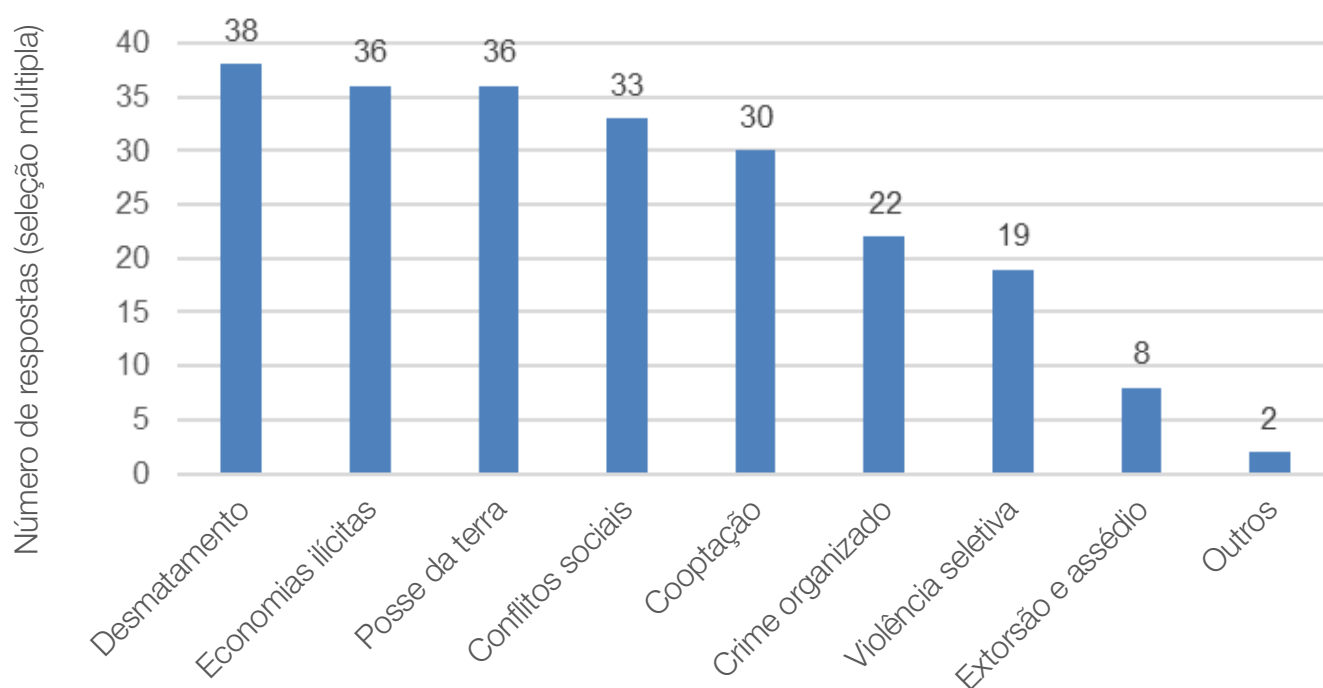


Observação: Respondentes podem selecionar uma ou mais opções.

As organizações que atuam na Amazônia brasileira identificam o desmatamento ilegal relacionado à extração não regulamentada de madeira, à derrubada de vegetação e à exploração de recursos como o risco de segurança mais urgente, citado por 38 dos 57 respondentes. Também foram mencionadas uma série de preocupações interconectadas, entre elas: a insegurança jurídica e fundiária, impulsionada por títulos sobrepostos ou direitos de propriedade pouco claros; as economias ilegais vinculadas ao narcotráfico, à mineração ilegal e ao

tráfico de fauna silvestre; a captura de elites e a cooptação de instituições reguladoras locais; e os conflitos sociais, especialmente as disputas com comunidades indígenas e locais pelo uso da terra. As ameaças diretas relacionadas ao controle territorial exercido por grupos armados ou organizações criminosas, como violência seletiva, extorsão, assédio e intimidação, foram relatadas com menor frequência, o que sugere que, embora graves, tendem a ser mais localizadas e específicas ao contexto regional em que operam essas organizações (ver Figura 7).

Figura 7. Quais são os principais riscos de segurança que impactam diretamente as atividades de sua organização? ($n=224$)

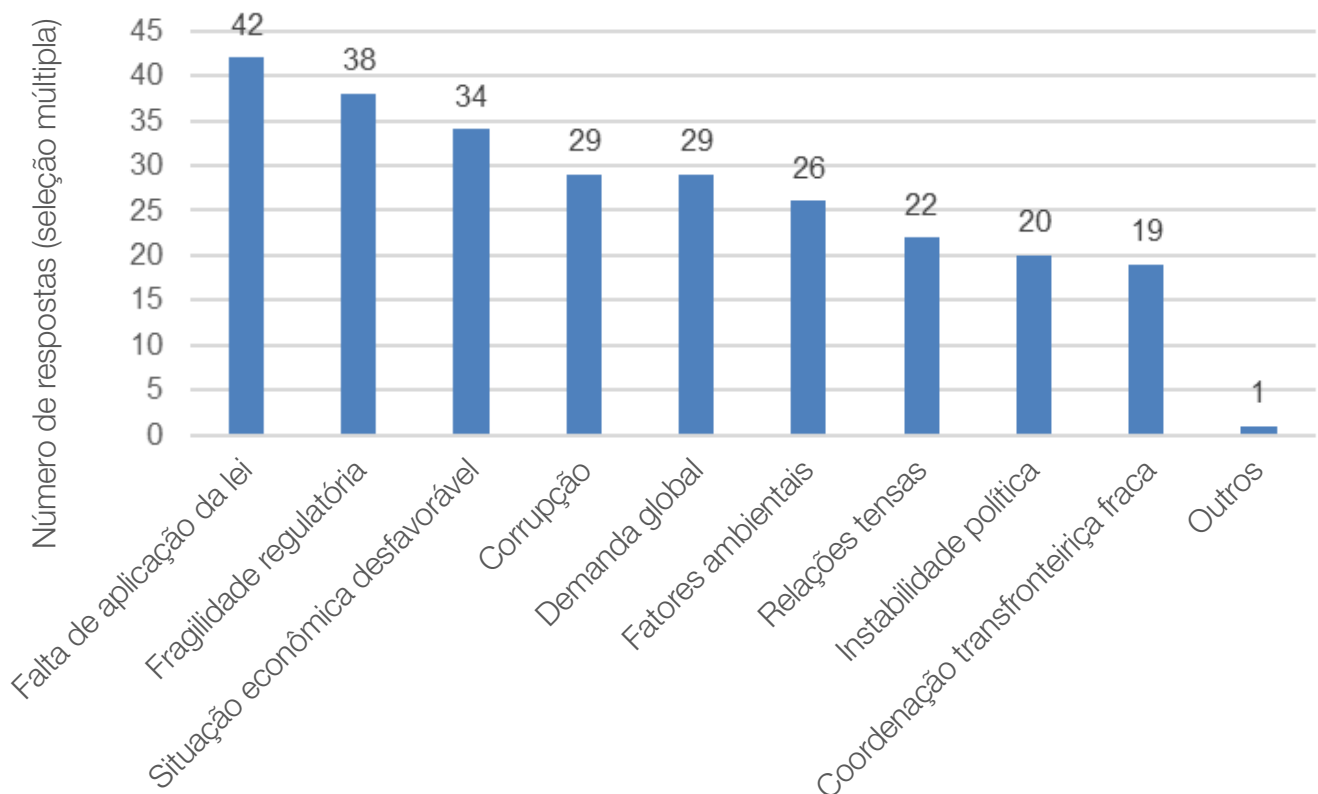


Observação: Respondentes podem selecionar uma ou mais opções.

Os respondentes brasileiros identificam de forma clara que os riscos de segurança na Amazônia estão profundamente enraizados em fragilidades institucionais. A falta de aplicação da lei, apontada por 42 dos 57 participantes, emergiu como o principal fator que impulsiona a insegurança (ver Figura 8). Outros fatores relacionados incluem: a fragilidade regulatória, caracterizada por marcos legais inadequados ou mal aplicados; e a precariedade econômica generalizada, expressada na pobreza, no desemprego e na infraestrutura deficiente. Os respondentes também destacaram a

corrupção e a falta de transparência, sendo o suborno e a ausência de prestação de contas os grandes responsáveis pelo enfraquecimento da governança e pelo aprofundamento da vulnerabilidade. Outros temas, como as tensões com comunidades indígenas e locais, a limitada coordenação transfronteiriça e a instabilidade política, foram mencionados com menor frequência. Embora continuem relevantes, esses riscos parecem ser mais localizados ou específicos a determinados contextos, diferentemente dos déficits estruturais e de governança mais amplos.

Figura 8. Quais são os principais fatores que impulsionam estes riscos? (n=260)

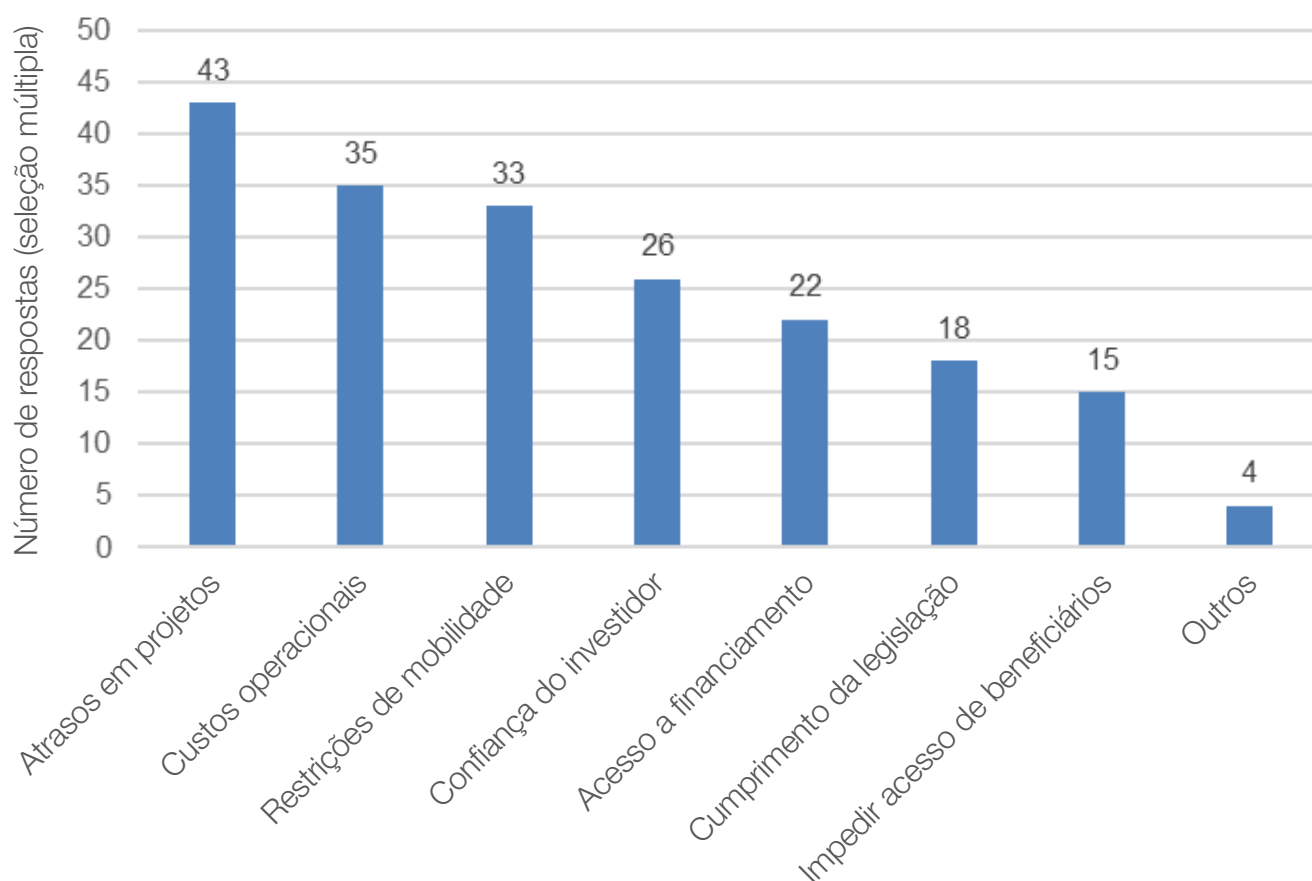


Observação: Respondentes podem selecionar uma ou mais opções.

Ao serem questionadas sobre como os riscos mencionados impactam as atividades de suas organizações (Figura 9), os participantes brasileiros relataram de forma contundente que os riscos de segurança, regulatórios e ambientais levam a atrasos na execução de projetos ou programas. Pelo menos 43 dos 57 respondentes observaram que essa instabilidade interfere nos cronogramas de implementação e no planejamento. Entre as consequências diretamente relacionadas, destacam-se: a elevação dos custos operacionais, já que as organizações precisam se adaptar a condições voláteis, e a restrição

da mobilidade de pessoal, recursos e produtos — reflexo de obstáculos logísticos e de segurança concretos. Com menor frequência, embora de forma significativa, os participantes também identificaram outros impactos, como a dificuldade de acesso aos beneficiários, problemas para a concessão de financiamento e desafios legais ou de conformidade regulatória, todos contribuindo para aumentar o peso das operações. Em conjunto, esses impactos ilustram com clareza como a insegurança e a instabilidade persistentes comprometem seriamente a eficiência, a eficácia e a sustentabilidade das ações na Amazônia.

Figura 9. Como esses riscos afetam as atividades de sua organização? ($n=196$)

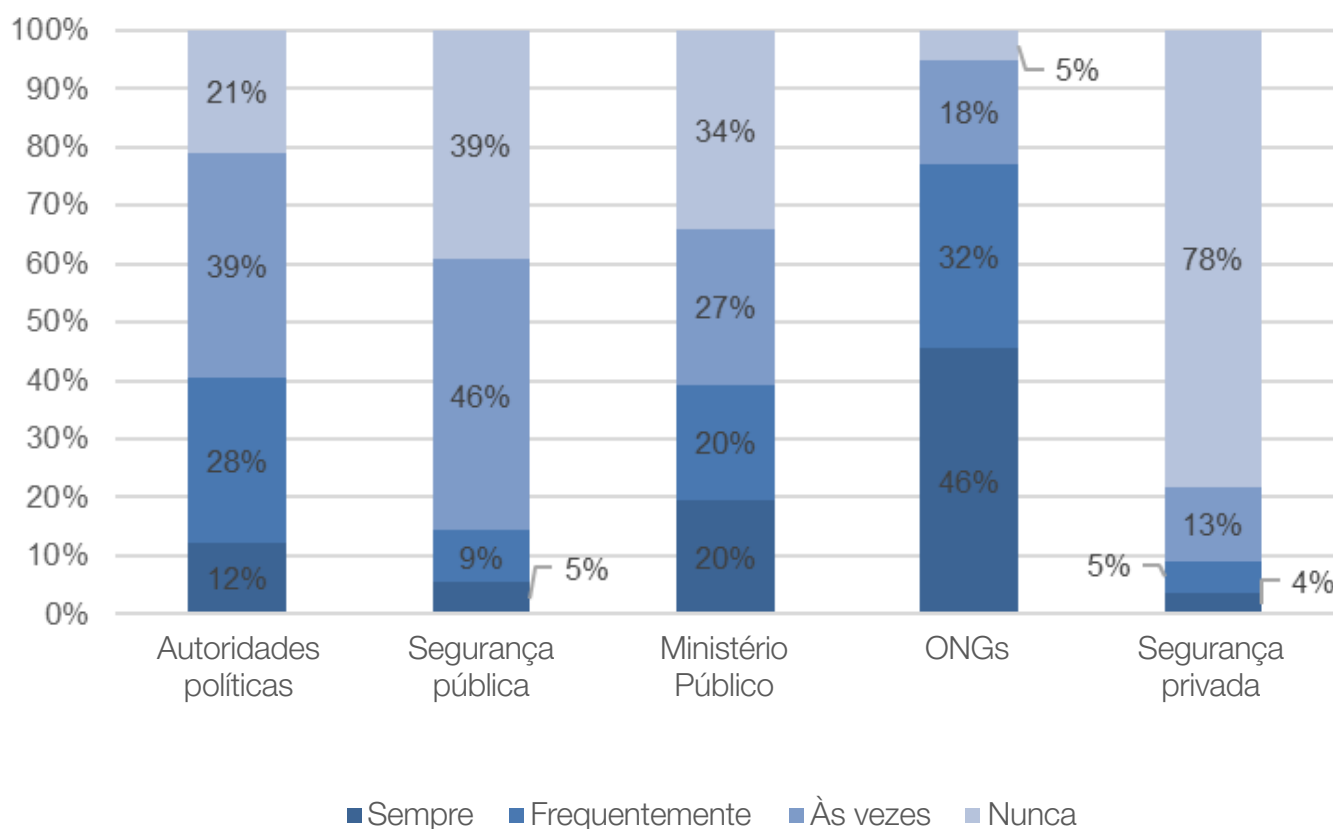


Observação: Respondentes podem selecionar uma ou mais opções.

As respostas revelam um panorama bastante desigual de colaboração frente aos desafios de segurança na Amazônia. As organizações não governamentais foram mencionadas como os atores mais envolvidos: 46% dos respondentes relataram que “sempre” colaboram com elas, enquanto apenas 5% afirmaram que “nunca” o fazem (ver Figura 10). Em contraste, a cooperação com empresas de segurança privada é rara: 78% disseram “nunca” interagir com esses atores, o que confirma sua pequena participação no enfrentamento da

insegurança regional. As relações com as forças de segurança pública, incluindo a polícia e o exército, continuam tênues: 86% informaram que essa colaboração ocorre “às vezes” ou “nunca”, evidenciando uma fraca articulação institucional. As interações com autoridades políticas eleitas se mostram irregulares e pouco sistemáticas, sendo “às vezes” a resposta mais comum (39%). Já a relação com o Ministério Público variou consideravelmente entre os participantes da pesquisa, refletindo relações diversas e dependentes do contexto.

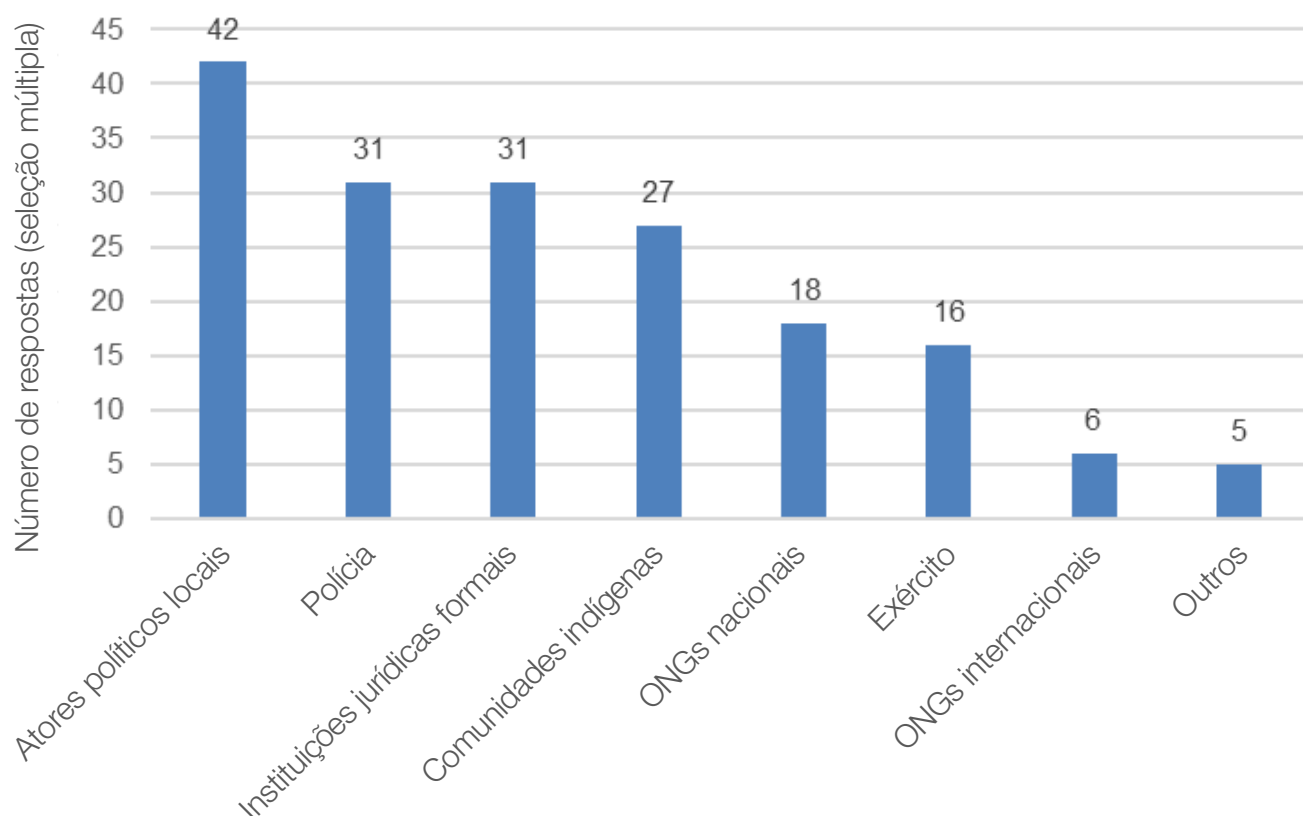
Figura 10. Com que frequência sua organização colabora com os seguintes atores para abordar os desafios de segurança? ($n=57$)



Os respondentes priorizam claramente os atores políticos locais como os mais relevantes para promover a segurança e o Estado de Direito na Amazônia, sendo mencionados por 42 dos 57 participantes, seguidos de perto pelas entidades judiciais formais, incluindo Ministérios Públicos, juízes, defensores públicos e forças de segurança, o que confirma a centralidade atribuída às instituições estatais oficiais (ver Figura 11). Em contraste, as organizações indígenas e comunitárias, assim como as ONGs nacionais e internacionais, foram menos citadas, o que

indica que, apesar de sua presença ativa e colaboração frequente, não são percebidas como estruturalmente influentes. Os militares, apesar de sua presença no território, ficaram entre os atores menos mencionados. Essa lacuna entre a frequência de colaboração com atores de base e organizações e sua percepção da influência sobre os resultados de governança e segurança revela um reconhecimento implícito por parte dos participantes: por mais desafiador que seja, fortalecer os vínculos com instituições políticas e judiciais formais é considerado essencial.

Figura 11. Selecione os três atores mais importantes na promoção da segurança e do Estado de Direito nas áreas onde sua organização atua. ($n=176$)

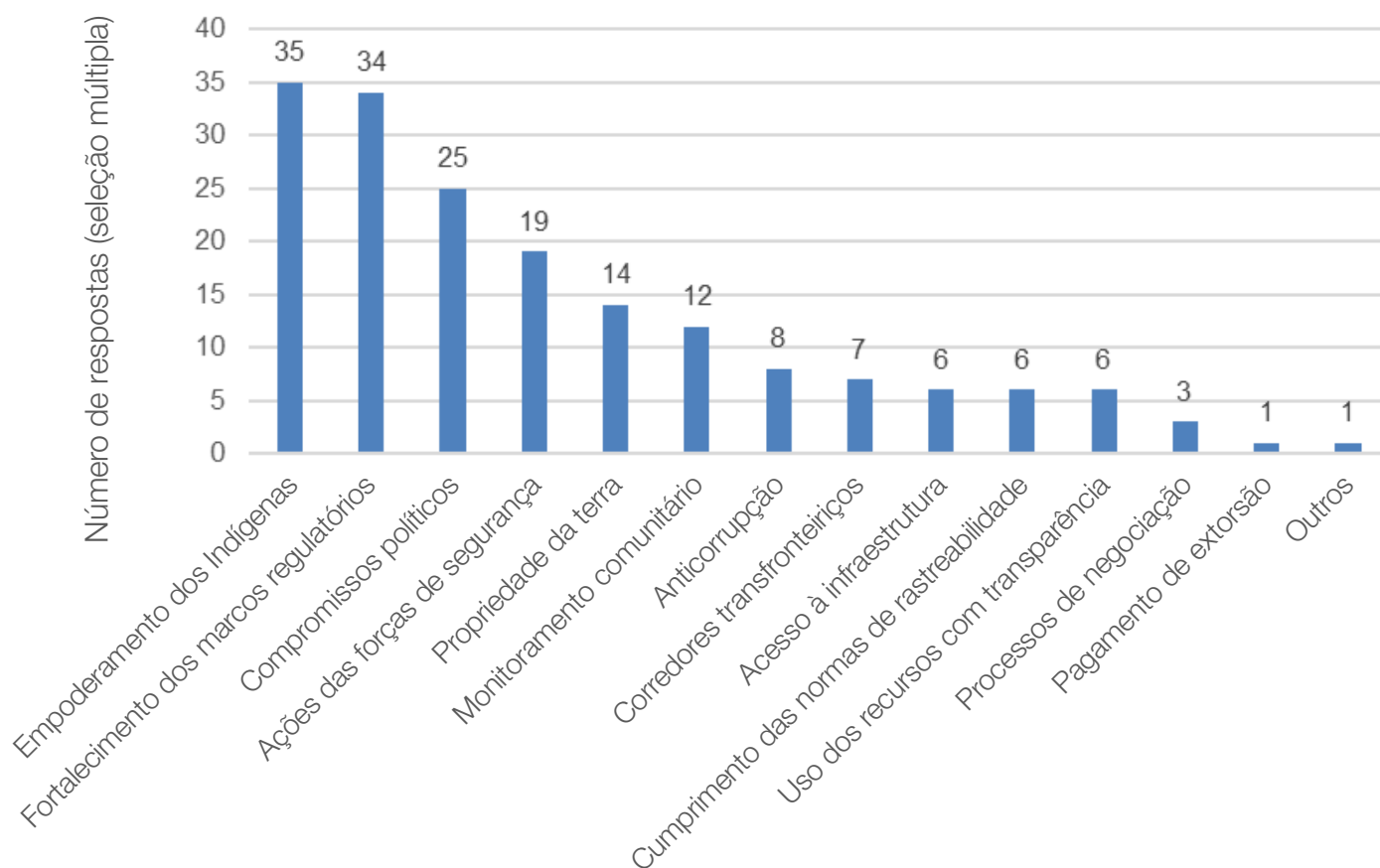


Observação: Respondentes podem selecionar uma ou mais opções.

Os respondentes brasileiros enfatizaram soluções estruturais e institucionais como os mecanismos mais eficazes para mitigar os riscos de segurança na Amazônia (ver Figura 12). Destacaram a capacitação e o fortalecimento das comunidades indígenas e locais, o reforço dos marcos regulatórios ambientais e o compromisso político sustentado nos níveis regional, nacional e subnacional. De forma significativa, estratégias

informais ou extralegais, como negociar com grupos armados ou ceder à extorsão, foram amplamente rejeitadas, com apenas um participante apoiando esse tipo de abordagem. Essa preferência destaca com clareza uma visão coletiva: a segurança sustentável é inseparável de uma governança inclusiva, instituições jurídicas sólidas e uma participação comunitária significativa — e não de medidas coercitivas ou soluções de curto prazo.

Figura 12. Selecione as três ações mais eficazes para mitigar os riscos de segurança que poderiam afetar as atividades de sua organização. (n=176)

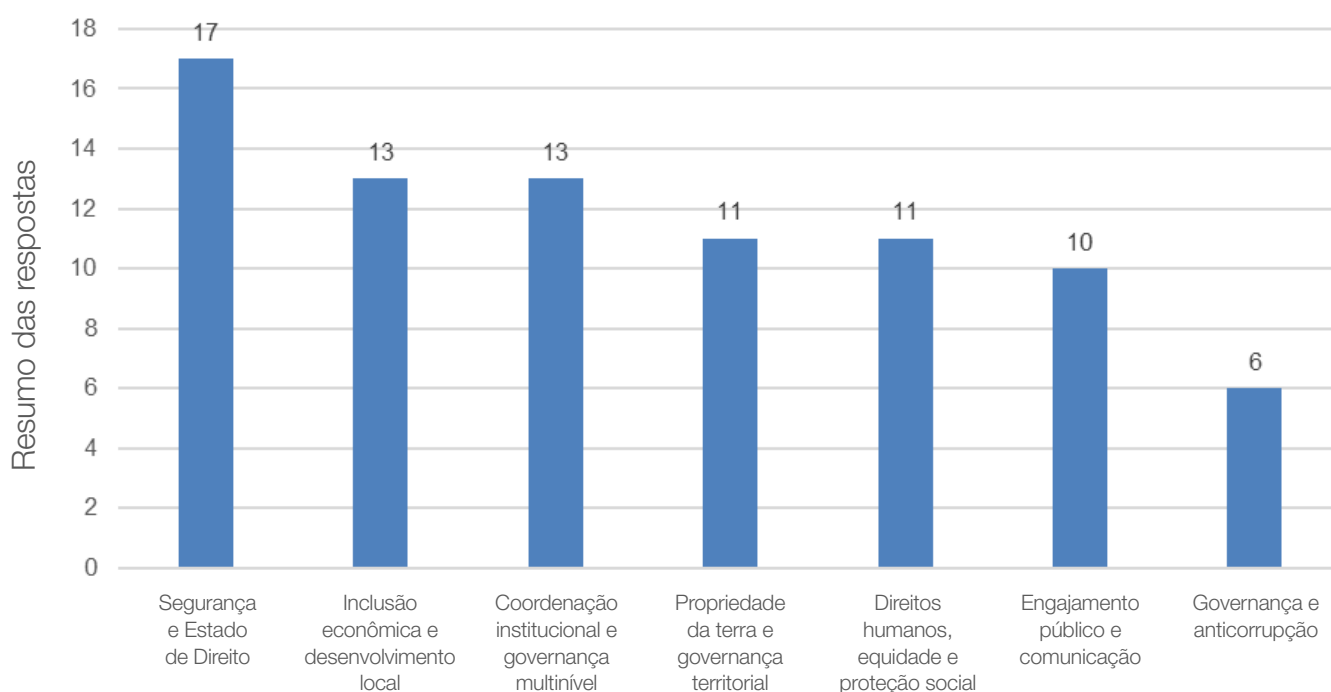


Observação: Respondentes podem selecionar uma ou mais opções.

Os participantes enfatizaram claramente a necessidade de um fortalecimento abrangente das estruturas de governança e segurança na Amazônia, destacando, como prioridades urgentes, a melhoria na aplicação da lei, o rigor judicial, as capacidades de inteligência e o monitoramento territorial (ver Figura 13).³³ As recomendações insistem na necessidade de uma presença mais forte do Estado e coordenação entre os níveis federal, estadual e local, especialmente em territórios indígenas, áreas protegidas e regiões

fronteiriças estratégicas. Também se destaca a transparência na gestão dos recursos de segurança, o combate à corrupção e o fortalecimento dos mecanismos de prestação de contas como elementos essenciais para uma governança eficaz. Além disso, os respondentes ressaltam a urgência de proteger os defensores ambientais e de direitos humanos, reforçar os serviços públicos em territórios marginalizados e ratificar acordos ambientais internacionais, como um caminho para consolidar a legitimidade e a eficácia do Estado na região.

Figura 13. Se você pudesse sugerir até três medidas às autoridades federais, estaduais ou locais, quais seriam as mais urgentes para lidar com os fatores que geram insegurança nos territórios em que sua organização atua? Resumo de 81 respostas por áreas temáticas

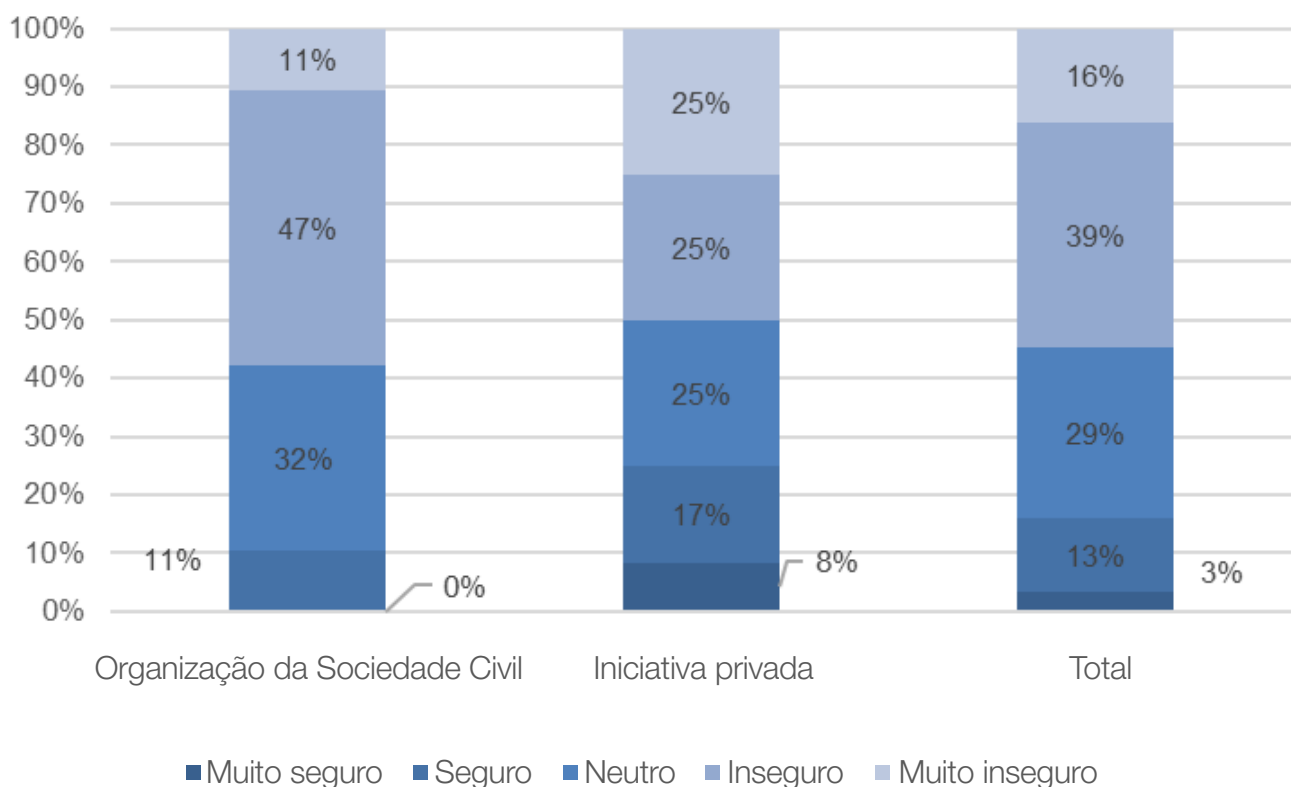


Junto com o fortalecimento institucional, os participantes defenderam um desenvolvimento econômico inclusivo e sustentável como pilar da estabilidade de longo prazo. Entre as propostas, destacam-se investimentos focados em infraestrutura, educação e alternativas econômicas viáveis que fortaleçam as comunidades locais, as cooperativas e, em particular, as iniciativas lideradas por mulheres. A aceleração dos processos de titulação de terras, a resolução de disputas territoriais e o estabelecimento de normas claras da governança territorial surgiram como ações cruciais para mitigar conflitos e garantir uma gestão sustentável dos recursos. Também foi enfatizada a importância da participação comunitária de base, do fortalecimento da liderança local, da incorporação de saberes tradicionais e da implementação de mecanismos sólidos de controle social como estratégias necessárias para alcançar uma segurança significativa e duradoura na região.

Resultados da pesquisa na Colômbia

Na Colômbia, a percepção de insegurança entre os atores que atuam em territórios vulneráveis é significativa, embora comparativamente mais baixa do que a registrada no Brasil. No total, 39% dos respondentes colombianos disseram sentir-se inseguros e outros 16% muito inseguros, frente a percentuais mais altos no Brasil: 56% (inseguros) e 12% (muito inseguros), como mostra a Figura 14. Vale destacar que as organizações não governamentais enfrentam níveis mais altos de insegurança na Colômbia, com 47% afirmando sentir-se inseguras e 11% muito inseguras, em contraste com os atores do setor privado: 25% inseguros e 25% muito inseguros. Essa tendência reflete as condições observadas no Brasil e evidencia que os atores da sociedade civil em ambos os países enfrentam sistematicamente maior exposição e vulnerabilidade no quesito riscos territoriais, apesar das diferenças específicas entre os contextos nacionais.

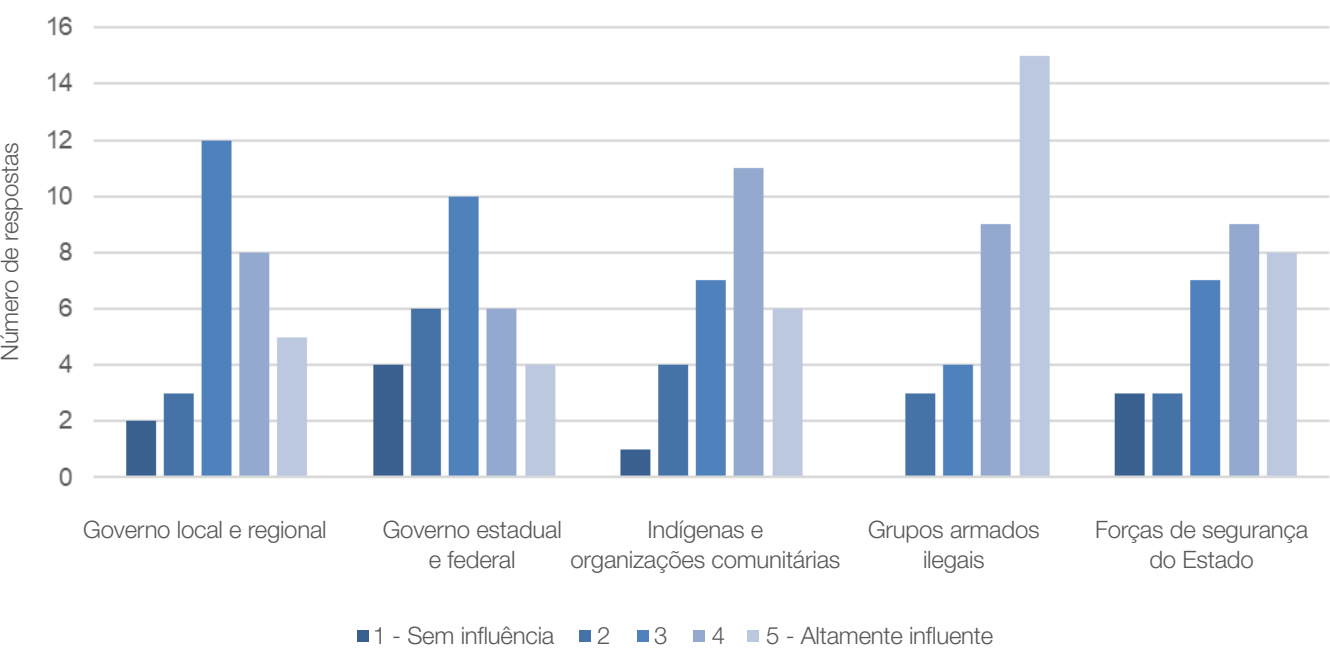
Figura 14. Quão seguras você considera as áreas geográficas da Amazônia onde sua organização atua? (n=31)



Na Colômbia, a situação da segurança é determinada em grande parte pela presença de grupos armados ilegais, identificados pelos participantes como os atores mais influentes, seguidos de perto pelas comunidades indígenas (ver Figura 15). Em contraste, as instituições formais, incluindo as autoridades locais e, em especial, os governos estaduais e federais, foram avaliadas como menos influentes. Essa percepção contrasta com o caso do Brasil, onde os

respondentes colocaram de forma consistente as instituições estatais e os atores políticos locais como os principais protagonistas. O caso colombiano revela, assim, um cenário de governança em que atores não institucionais e estruturas comunitárias, mais do que as autoridades formais, definem as condições reais de segurança e estabilidade territorial, evidenciando um contraste marcante em relação ao contexto amazônico brasileiro.

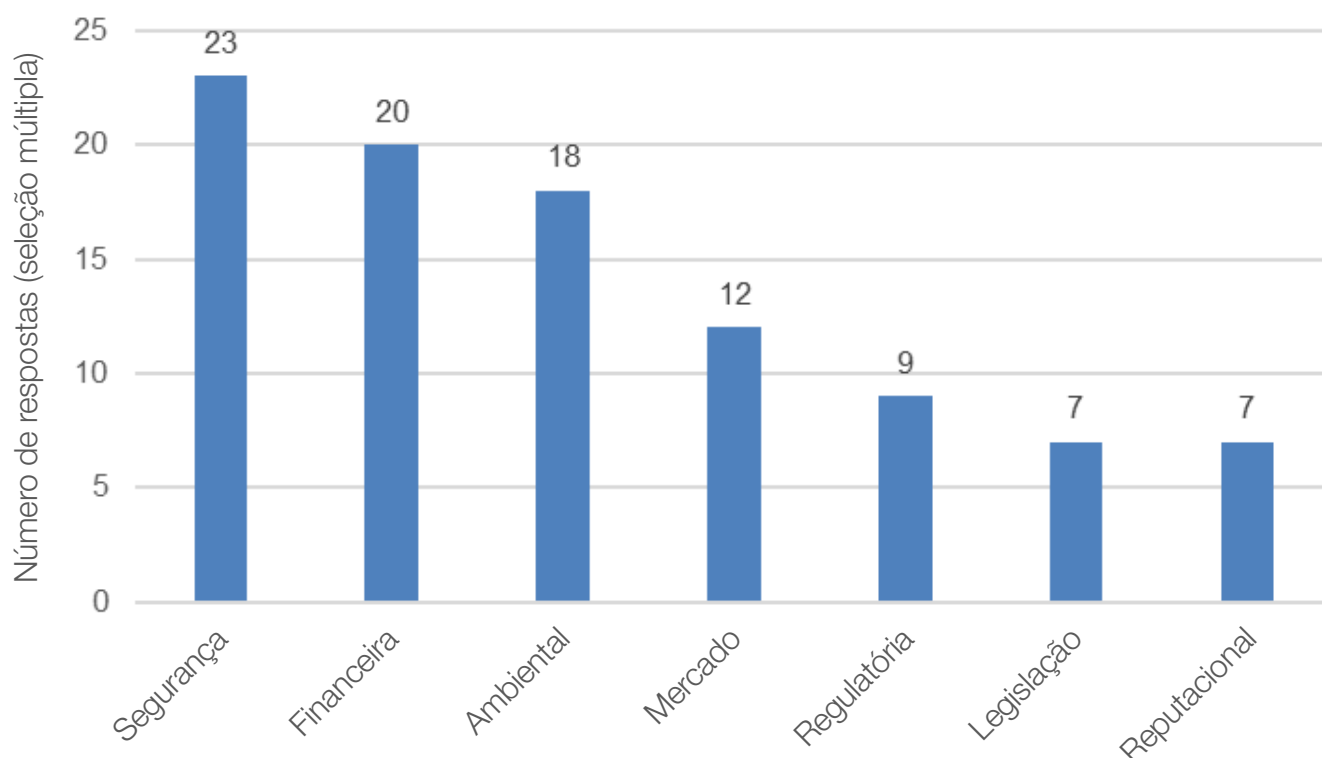
Figura 15. Que atores têm maior influência na dinâmica de segurança da região onde sua organização atua (de maneira positiva ou negativa)? (n=31)



Na Colômbia, os respondentes destacaram as ameaças à segurança, incluindo violência, crime e instabilidade política, como os riscos mais significativos na região amazônica, mencionados por 23 participantes (ver Figura 16). As vulnerabilidades financeiras, como a instabilidade econômica e a falta de financiamento, vieram em segundo lugar (20 respostas), seguidas por riscos ambientais, incluindo desastres naturais e perturbações associadas às mudanças climáticas (18

respostas). Os riscos de mercado (12) e os riscos regulatórios (9) apareceram com menor frequência, e os riscos legais e reputacionais foram os menos mencionados. Esse padrão contrasta com o do Brasil, onde predominam as preocupações ambientais e financeiras, o que ressalta uma maior vulnerabilidade da Colômbia frente à violência, à presença de mercados ilícitos e à volatilidade política, refletindo dinâmicas territoriais e desafios de governança distintos na Bacia Amazônica.

Figura 16. Quais são os tipos de risco mais significativos que impactam ou podem impactar as operações da sua organização nos projetos e iniciativas que desenvolve na Amazônia? (n=96)

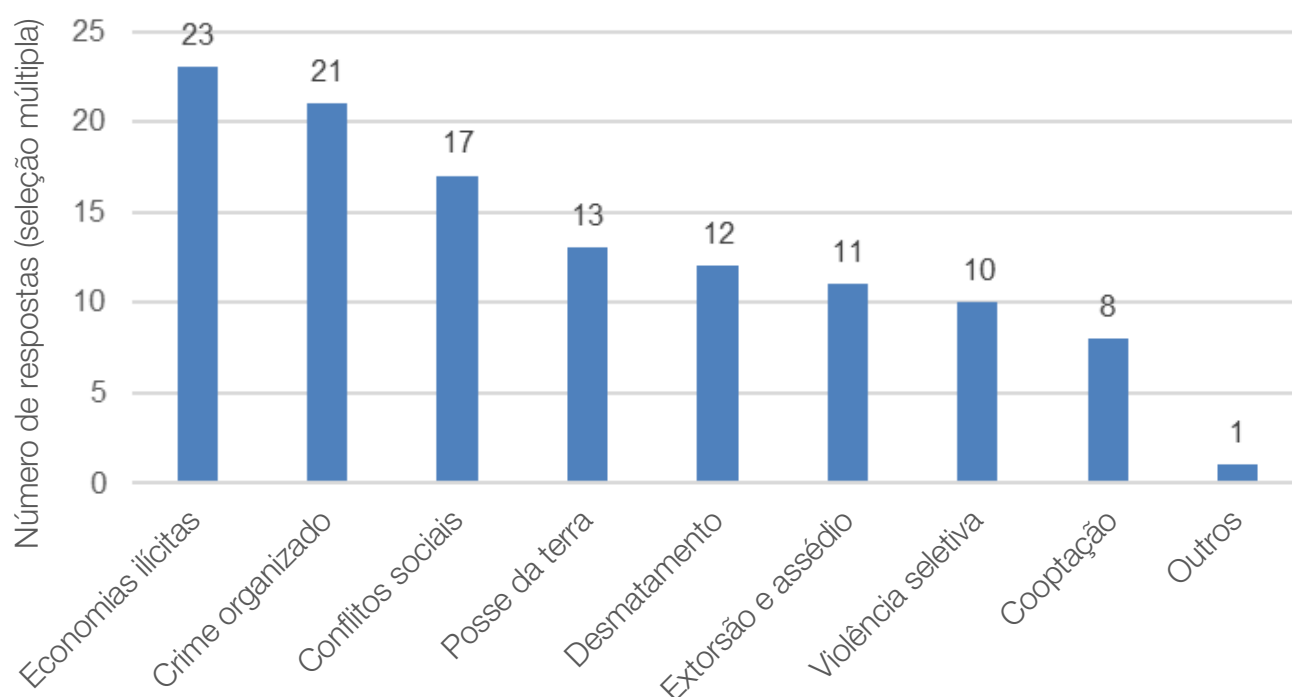


Observação: Respondentes podem selecionar uma ou mais opções.

Na Colômbia, os riscos de segurança dominam as preocupações dos respondentes, em especial aqueles vinculados às economias ilegais (23 menções), ao crime organizado (21 menções) e aos conflitos sociais relacionados a disputas territoriais e tensões comunitárias (17 menções). Diferentemente do Brasil, onde atualmente se destacam a degradação ambiental e as vulnerabilidades financeiras, sendo o desmatamento ilegal a

principal ameaça identificada, o cenário de riscos na Colômbia reflete uma concentração marcada por dinâmicas violentas e ilícitas. Essa diferença ressalta como as lacunas de governança, a criminalidade disseminada e a violência localizada moldam de maneira marcante as percepções de insegurança na Colômbia, em contraste com o enfoque predominante do Brasil em torno da degradação ecológica.

Figura 17. Quais são os principais riscos de segurança que impactam diretamente as atividades da sua organização? ($n=116$)

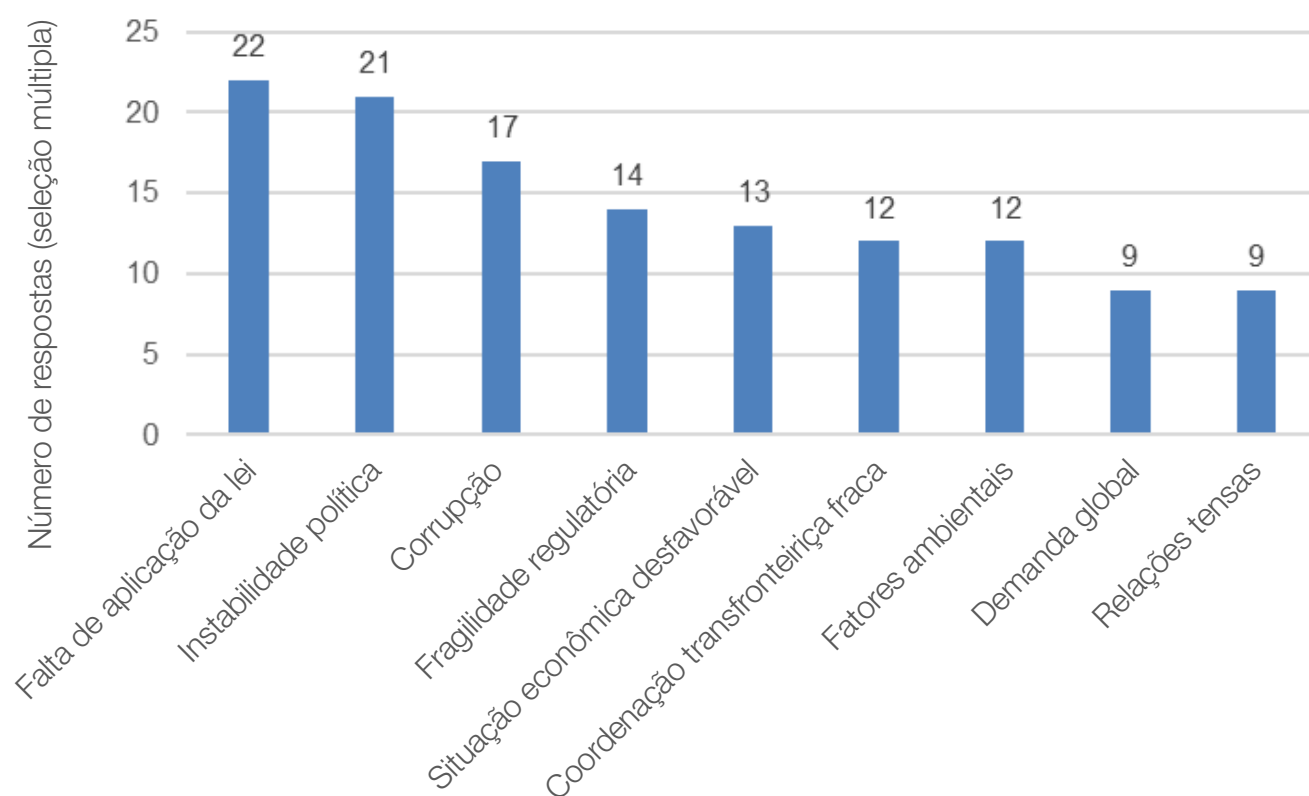


Observação: Respondentes podem selecionar uma ou mais opções.

Na Colômbia, os participantes da pesquisa identificaram a fraca aplicação da lei (22 menções) e a instabilidade política (21 menções) como os principais fatores que impulsionam os riscos, seguidos de perto pela corrupção (17 menções). Esses achados ressaltam um ambiente profundamente marcado por instituições estatais frágeis, volatilidade na governança e uma queda na confiança pública. Em contraste, os respondentes no Brasil enfatizaram fatores estruturais, como

as deficiências regulatórias, especialmente na governança da terra e na degradação ambiental, o que indica riscos associados a lacunas regulatórias e vulnerabilidades ambientais. Essa divergência reforça observações anteriores: enquanto o ambiente de riscos no Brasil é predominantemente ambiental e regulatório, as ameaças na Colômbia emergem diretamente de uma maior insegurança política, do enfraquecimento institucional e de uma criminalidade disseminada.

Figura 18. Quais são os principais fatores que impulsionam esses riscos? ($n=129$)

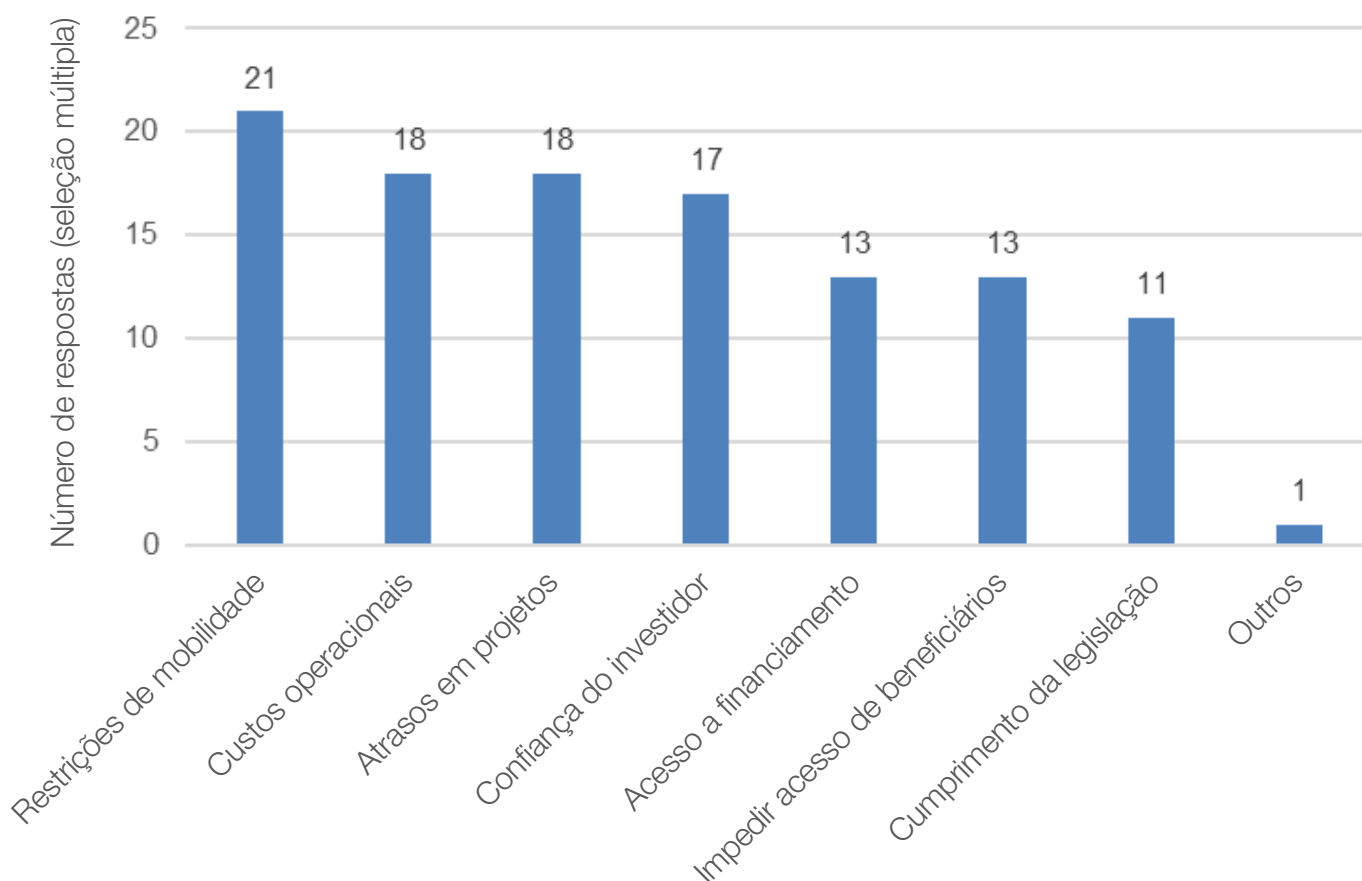


Observação: Respondentes podem selecionar uma ou mais opções.

Na Colômbia, a consequência mais frequentemente relatada dos riscos territoriais é a mobilidade restrita, mencionada por 21 respondentes. Isso evidencia as barreiras logísticas e de segurança que limitam o deslocamento de pessoal, bens e serviços, muitas das quais têm origem em dinâmicas não resolvidas do conflito armado. Outros impactos destacados incluem o aumento dos custos operacionais e os atrasos em projetos (18 menções cada), juntamente com a queda na confiança dos investidores (17 menções) e dificuldades no acesso a financiamento (13 menções), refletindo o efeito cumulativo da

insegurança e da infraestrutura precária sobre a viabilidade financeira e a implementação de iniciativas. Em comparação, no Brasil, os atrasos na execução de projetos e programas foram a consequência mais citada, apontando mais para disrupções estruturais e ambientais do que para restrições territoriais diretas. Esse contraste evidencia até que ponto os desafios operacionais na Colômbia são determinados por uma insegurança persistente e por um acesso territorial disputado, tornando o trabalho diário na Amazônia mais precário e exposto ao risco do que no Brasil.

Figura 19. Como esses riscos afetam as atividades de sua organização? (n=112)

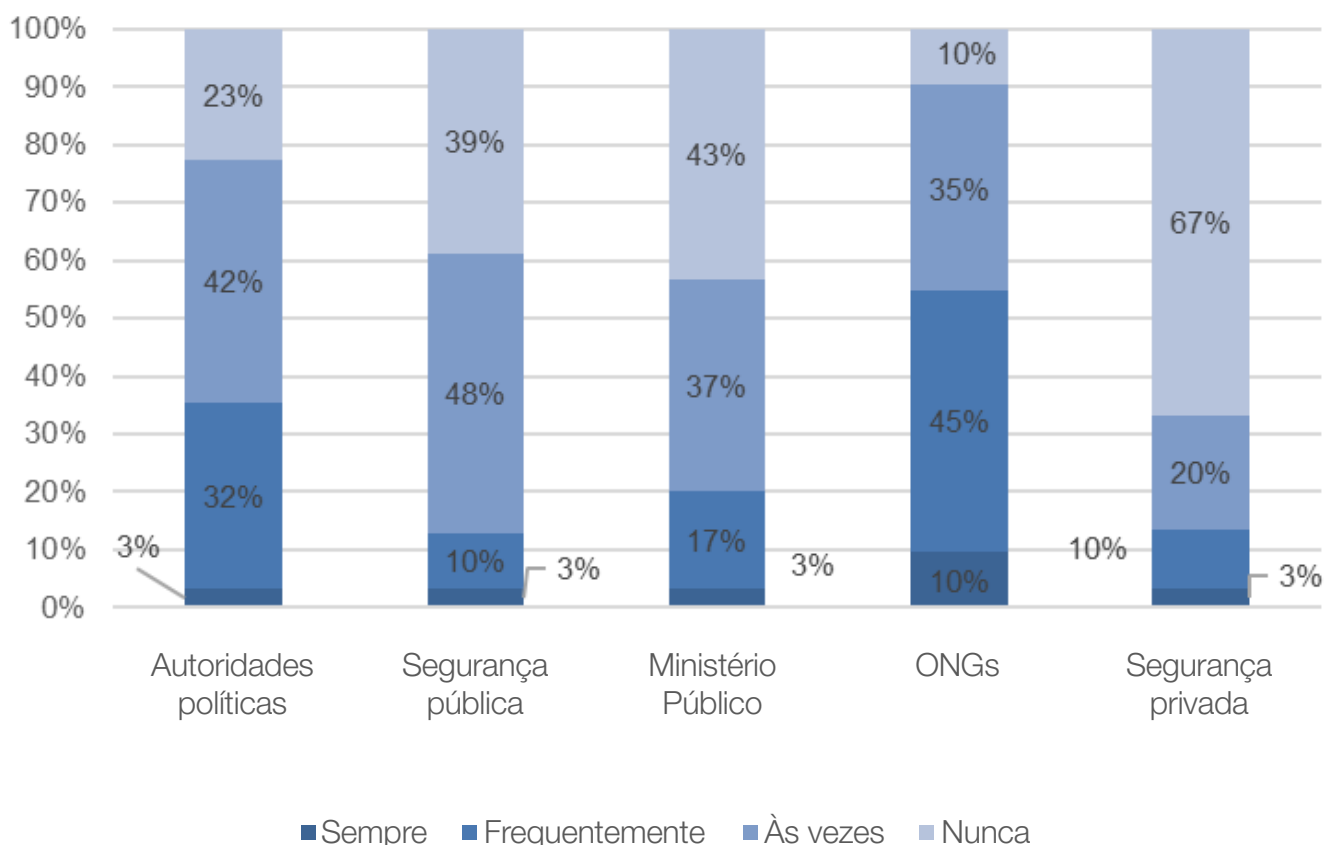


Observação: Respondentes podem selecionar uma ou mais opções.

Na Colômbia, as ONGs são os atores com os quais mais frequentemente se colabora nos esforços para enfrentar os desafios de segurança. Apenas 10% dos participantes relataram “nunca” colaborar, enquanto 55% indicaram fazê-lo “às vezes” ou “sempre”, o que reflete uma forte dependência de redes comunitárias e mecanismos de apoio mútuo. Em contraste, a colaboração com as forças públicas de segurança continua limitada: 39% mencionaram “nunca” e apenas 3% “sempre”, evidenciando uma lacuna persistente na coordenação do Estado em matéria de segurança. As autoridades políticas participam de forma mais esporádica, com 42% indicando colaboração ocasional,

enquanto as interações com promotores do Ministério Público variam, provavelmente devido a disparidades regionais ou contextos específicos. Quanto ao papel da segurança privada, uma diferença notável em relação ao Brasil se destaca: na Colômbia, 10% dos respondentes declararam colaborar “com frequência” com empresas de segurança privada, contra 5% no Brasil, onde quase 80% afirmaram não manter nenhum tipo de colaboração. Isso sugere que, na Colômbia, os atores da segurança privada desempenham um papel mais central na gestão de ameaças territoriais complexas, muitas vezes suprimindo a ausência ou fragilidade da capacidade do Estado.

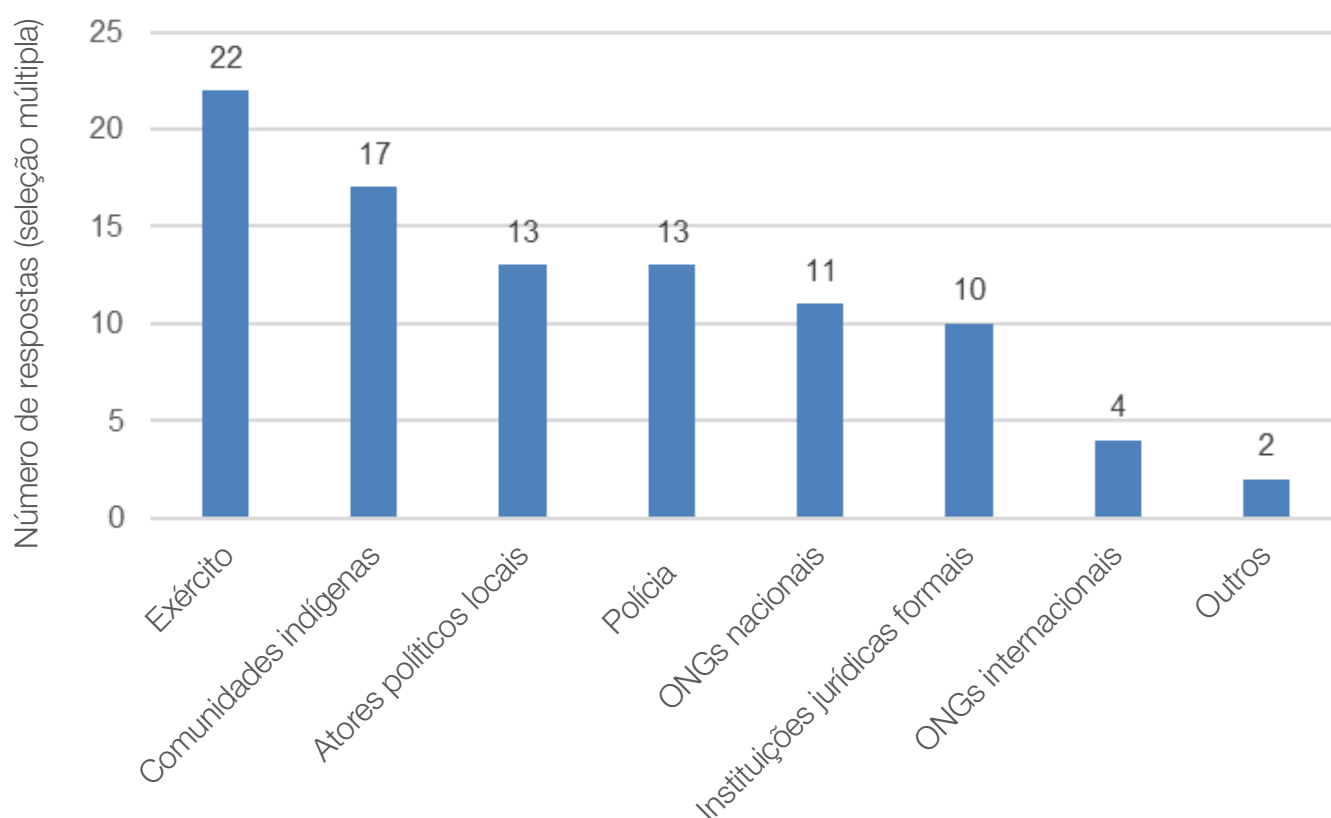
Figura 20. Com que frequência sua organização colabora com os seguintes atores para abordar desafios de segurança? (n=31)



Quando questionados sobre quais são os atores mais importantes para promover a segurança e o Estado de Direito, os respondentes na Colômbia citaram as forças militares (22 menções), depois as organizações indígenas e comunitárias (17), bem como as autoridades políticas locais e a polícia (13 cada). Também foram mencionadas as ONGs nacionais (11), enquanto promotores e juizes receberam um número menor de menções (10). As ONGs internacionais foram vistas como menos influentes (4 menções), e alguns poucos respondentes apontaram outros atores (2).

Isso contrasta claramente com o caso do Brasil, onde as instituições políticas e judiciais são consideradas as principais forças responsáveis pelos resultados na área de segurança. As respostas na Colômbia revelam uma dinâmica distinta: embora a colaboração com organizações e atores de segurança privada seja relativamente comum, a influência real é atribuída mais a atores comunitários e híbridos, particularmente em territórios onde a presença do Estado continua fraca ou fragmentada. A relevância de atores não estatais e militares reflete o legado persistente do conflito armado e a consolidação desigual da autoridade do Estado na fronteira amazônica da Colômbia.

Figura 21. Seleccione os 3 atores mais importantes para promover a segurança e o Estado de Direito nas áreas onde sua organização atua. ($n=92$)

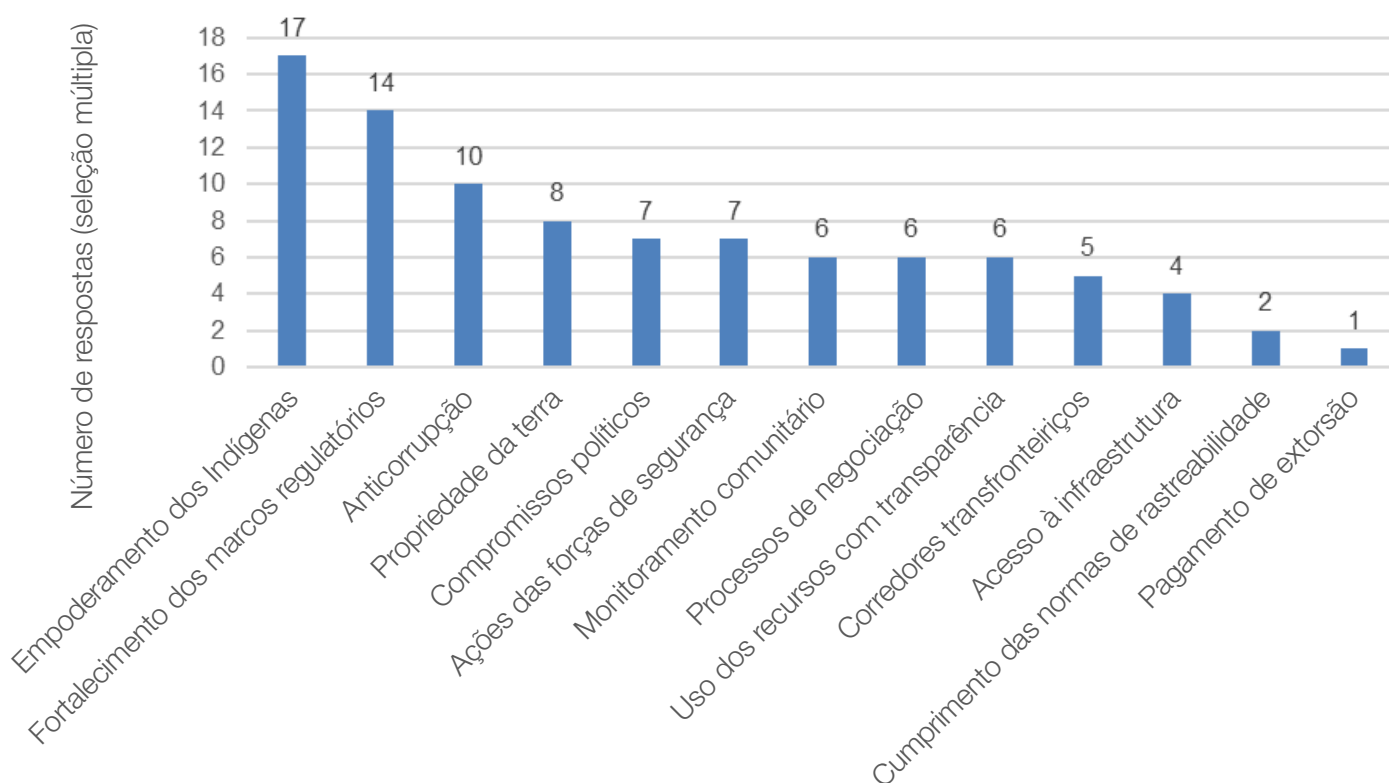


Observação: Respondentes podem selecionar uma ou mais opções.

Os respondentes colombianos também apontaram como ações mais eficazes para mitigar os riscos de segurança o fortalecimento das comunidades indígenas e locais (11 menções), o reforço dos marcos regulatórios (8) e os esforços anticorrupção (7). Em seguida, aparecem, com seis menções cada, a regularização da posse da terra e os compromissos políticos. Essas prioridades revelam uma clara preferência por abordagens institucionais e baseadas

em direitos, em vez de medidas coercitivas ou extralegais: apenas três pessoas mencionaram negociações com atores armados, e nenhuma apoiou o pagamento de extorsões. Assim como no Brasil, há um entendimento compartilhado de que a segurança de longo prazo na Amazônia não depende do controle militarizado, mas sim de uma governança inclusiva, do reconhecimento dos direitos territoriais e da resiliência das comunidades locais.

Figura 22. Selecione as três ações mais eficazes para mitigar os riscos de segurança que poderiam afetar as atividades de sua organização. ($n=93$)

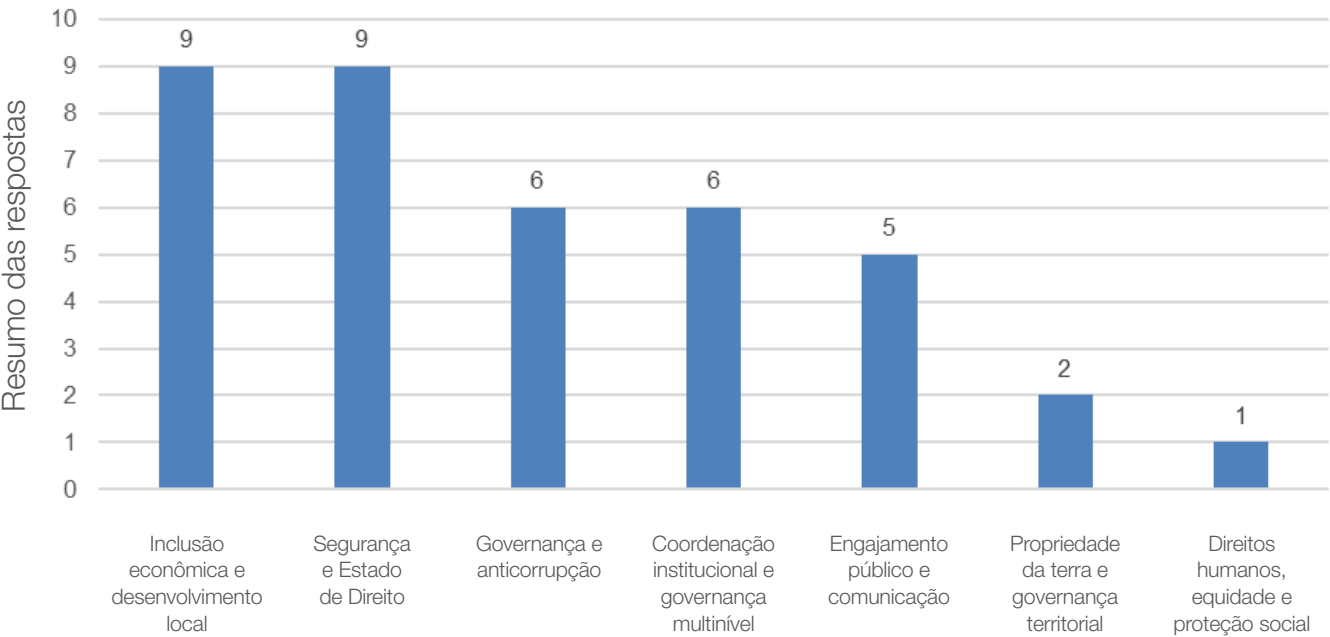


Observação: Respondentes podem selecionar uma ou mais opções.

Na Colômbia, os respondentes que apresentaram recomendações abertas priorizaram o desenvolvimento inclusivo, o investimento local e uma maior presença institucional como estratégias fundamentais para reduzir a insegurança nos territórios amazônicos. A sugestão mais recorrente concentrou-se na inclusão econômica e no desenvolvimento local, com apelos reiterados por melhorias na infraestrutura, na educação, na saúde e nas oportunidades de subsistência sustentável, visando fortalecer

a resiliência comunitária no longo prazo. Em seguida, apareceram propostas relacionadas à participação pública e à comunicação, ressaltando a necessidade de fortalecer a liderança indígena e comunitária como elemento central para estabilizar áreas afetadas pelo conflito. Embora tenha sido menos mencionada, uma pessoa destacou a importância de implementar plenamente o acordo de paz com as Farc de 2016, demonstrando sua relevância na configuração das dinâmicas territoriais em áreas de pós-conflito.

Figura 23. Se você pudesse sugerir até três medidas às autoridades federais, estaduais ou locais, quais seriam as mais urgentes para lidar com os fatores que geram insegurança nos territórios em que sua organização atua? Resumo de 38 respostas classificadas por áreas temáticas.



Um segundo grupo importante de recomendações concentrou-se em segurança e Estado de direito, incluindo a necessidade de reforçar as forças de segurança pública, ampliar o acesso à justiça e proteger os defensores ambientais. Embora a corrupção não tenha dominado as respostas, foi mencionada, especialmente em relação à governança local e à crescente influência de atores ilícitos em áreas com fraca presença do Estado. Os respondentes ressaltaram a importância da transparência, da fiscalização institucional e da governança coordenada para restaurar a confiança pública e conter a infiltração criminosa. Em contraste com o Brasil, onde o foco recaiu sobre a regularização da posse da terra, fiscalização ambiental e resolução de conflitos relacionados a recursos naturais, os respondentes colombianos deram maior peso à reforma da governança, à legitimidade e ao investimento social, destacando a necessidade de reconstruir a confiança entre comunidades e Estado por meio da prestação de serviços inclusiva e da governança participativa.

Comparação entre Brasil e Colômbia

Apesar de compartilharem muitos riscos de segurança semelhantes, Brasil e Colômbia apresentam dinâmicas institucionais e territoriais distintas. No Brasil, muitas ameaças estão ligadas a fatores estruturais: fraca aplicação da lei, degradação ambiental e cooptação de instituições locais. Os atores estatais, em especial os governos locais e as autoridades judiciais, são percebidos como centrais para melhorar a governança e fortalecer a segurança, o que indica maiores expectativas em relação à liderança formal do Estado.

Já na Colômbia, os riscos estão mais diretamente associados a economias ilegais ligadas ao narcotráfico, aos grupos armados e à fragilidade institucional. Nesse contexto, líderes comunitários, organizações indígenas e forças militares são considerados mais influentes que as autoridades civis, evidenciando um cenário de governança marcado pela informalidade, pela violência e pelo legado do conflito armado.

Esses contrastes também se refletem na forma como organizações públicas, privadas e sem fins lucrativos respondem aos desafios de segurança e de regulação. No Brasil, a ênfase está em reformas estruturais e institucionais, incluindo regulamentações ambientais mais rígidas, regularização fundiária e fortalecimento das comunidades a longo prazo. Embora muitos respondentes colombianos compartilhem preocupações semelhantes, seu foco se direciona mais para a estabilização dos territórios vulneráveis por meio de investimentos sociais e econômicos, da ampliação da implementação do acordo de paz e da reconstrução da confiança nas instituições estatais. Resumindo, os respondentes brasileiros concentram-se em fortalecer as capacidades existentes, enquanto seus pares colombianos afirmam enfrentar déficits mais profundos de presença do Estado e legitimidade. Apesar dessas diferenças, respondentes de ambos os países rejeitam estratégias extralegais e destacam a importância de uma governança local inclusiva e de comunidades resilientes como pilares para garantir segurança duradoura na Amazônia.

Seção V.

Implicações para políticas públicas no Brasil e na Colômbia

As seguintes implicações para políticas públicas de alto nível sintetizam as experiências e percepções daqueles que atuam na linha de frente na Amazônia — pesquisadores, empreendedores locais, líderes comunitários e autoridades públicas — navegando em um dos ambientes mais complexos e disputados do mundo. Algumas recomendações são mais convencionais, outras menos, mas nenhuma é abstrata: todas representam prioridades concretas apresentadas por atores que atuam diariamente em territórios marcados por vácuos legais, desafios ambientais e disputas violentas por terras e recursos. Esta lista se destina não apenas a governos nacionais e subnacionais, mas também a investidores de impacto, doadores internacionais e, sobretudo, a organizações comunitárias que arriscam sua segurança e seu futuro para defender a Amazônia.

- **Reforçar a governança territorial e a presença institucional:** Tanto no Brasil quanto na Colômbia, é urgente fortalecer a presença do Estado e aprimorar as capacidades judiciais e de aplicação da lei. Apesar do Brasil possuir uma legislação ambiental sólida nos âmbitos municipal, estadual e federal, a implementação continua frágil. A Polícia Federal tem apontado lacunas logísticas e operacionais significativas, incluindo transporte inadequado e capacidade limitada de fiscalização fora dos principais centros urbanos. Como observou um procurador brasileiro, a regulamentação funciona de forma desigual, criando níveis variados de governança que vão desde a

regulação urbana eficaz até a fiscalização quase inexistente em áreas rurais. A Colômbia enfrenta déficits semelhantes na aplicação da lei, agravados por facções criminosas que estabeleceram estruturas de governança paralela, minando a autoridade do Estado. Respondentes de ambos os países ressaltam que fortalecer as instituições e sua legitimidade é fundamental para recuperar o controle territorial e restabelecer uma governança legítima.

- **Fortalecer os povos Indígenas e as comunidades tradicionais e locais:** As respostas das pesquisas em ambos os países destacam o papel fundamental das comunidades indígenas e locais na promoção da segurança territorial. No Brasil, os atores sublinham a importância de uma governança participativa, citando marcos legais como o Estatuto dos Povos Indígenas. Na Colômbia, os respondentes apontaram o êxito das reservas indígenas e dos Planos de Gestão Ambiental Territorial (PGAT) impulsionados pelas comunidades, com apoio de entidades como a Organização Nacional dos Povos Indígenas da Colômbia (ONIC) e a Fundação Gaia Amazonas. O empoderamento desses grupos, por meio do reconhecimento formal de direitos e de estruturas de governança inclusivas, mostrou-se essencial para reduzir a vulnerabilidade frente a ameaças externas e coibir atividades ilegais.
- **Promover o desenvolvimento econômico inclusivo para enfrentar fatores estruturais:** A precariedade econômica surgiu como um fator determinante da insegurança tanto no Brasil quanto na Colômbia. Os respondentes brasileiros apontaram a infraestrutura inadequada, a cobertura limitada de internet e a falta de serviços públicos essenciais, que favorecem de forma desproporcional grandes projetos de agronegócio e hidrelétricas, em detrimento da agricultura familiar local. Na Colômbia, os respondentes mencionaram

condições semelhantes, como estradas em mau estado e conectividade deficiente, que agravam o isolamento econômico e fomentam a dependência de economias ilícitas. Em ambos os países, foi feito um apelo por investimentos estratégicos em meios de vida sustentáveis, educação, saúde e infraestrutura, com atenção especial a cooperativas, pequenos produtores e iniciativas lideradas por mulheres, a fim de mitigar vulnerabilidades econômicas e fortalecer a resiliência local.

- **Fortalecer a governança ambiental e a aplicação de marcos legais:** Os respondentes brasileiros identificaram os riscos ambientais, em particular o desmatamento ilegal e a extração ilícita de recursos naturais, como as principais ameaças à segurança territorial. Embora o Brasil conte com um amplo marco legal, as falhas sistêmicas na implementação, a corrupção e as limitações logísticas (como a falta de recursos para patrulhamento) minam gravemente a proteção ambiental.³⁴ Na Colômbia, os riscos ambientais também foram reconhecidos, mas os respondentes manifestaram preocupação mais imediata com as ameaças criminais generalizadas, destacando a necessidade de integrar a governança ambiental às operações de segurança, especialmente para combater economias ilegais como a mineração e a exploração madeireira ilícitas.
- **Enfrentar a corrupção e melhorar a transparência institucional:** A corrupção foi apontada por atores de ambos os países como um obstáculo crítico para uma governança territorial efetiva. Os respondentes brasileiros destacaram a venda de influência, os processos de licenciamento sem transparência e a sabotagem deliberada da regulamentação por parte de atores políticos. Na Colômbia, foram relatados problemas semelhantes, incluindo a cooptação institucional por elites locais. Em ambos os contextos, os atores consultados defenderam maior

transparência, a implementação de mecanismos de prestação de contas e o fortalecimento dos sistemas de controle para coibir a captura de poder e a corrupção.

- **Fortalecer a colaboração entre as comunidades e o Estado:** As entrevistas com informantes-chave e os resultados da pesquisa revelam dinâmicas nacionais diferenciadas no que diz respeito ao engajamento dos atores. No Brasil, os atores consultados deram prioridade às instituições formais, como autoridades políticas locais, juizes e promotores do Ministério Público, destacando a necessidade de reforçar essas relações institucionais. Já na Colômbia, enfatizou-se o papel fundamental de atores de governança informais, comunitários e híbridos, como organizações indígenas, ONGs e até empresas privadas de segurança, o que reflete padrões históricos de uma consolidação fraca do Estado e o legado persistente de uma governança fragmentada pelo conflito armado.
- **Esclarecer e assegurar a posse da terra:** A insegurança fundiária continua sendo um fator-chave de conflito em ambos os países. Respondentes brasileiros de entrevistas e pesquisas ressaltaram a urgência de acelerar os processos de regularização fundiária, pois a sobreposição de títulos e a falta de segurança jurídica alimentam conflitos agrários, grilagem e práticas ambientais ilícitas. A complexidade do sistema brasileiro de registro fundiário agrava ainda mais essas vulnerabilidades.³⁵ Os respondentes colombianos também destacaram a importância da segurança sobre a posse da terra, com um enfoque mais voltado para a estabilização de disputas territoriais decorrentes do conflito armado, assim como para o fortalecimento de estruturas de governança comunitária em contextos de pós-conflito, apontando como prioridade a implementação de ferramentas como o Cadastro Multipropósito.

- **Ampliar e proteger a sociedade civil e os defensores ambientais:** Tanto os respondentes brasileiros quanto os colombianos destacaram a vulnerabilidade dos atores da sociedade civil e dos defensores ambientais. No Brasil, as ameaças incluem violência física e um crescente “linchamento virtual” nas redes sociais. Na Colômbia, os respondentes relataram violência seletiva por parte de grupos armados ilegais como um risco especialmente grave. Os formuladores de políticas públicas em ambos os países devem implementar urgentemente mecanismos de proteção específicos e fortalecer os marcos jurídicos existentes para salvaguardar aqueles que atuam em contextos de alto risco.³⁶
- **Fortalecer as capacidades de monitoramento e inteligência:** Os respondentes brasileiros ressaltaram a necessidade de reforçar as capacidades institucionais voltadas ao monitoramento de riscos ambientais e criminais orientado por inteligência, destacando deficiências, como o apoio logístico insuficiente e a fraca coordenação interinstitucional. Na Colômbia, os atores também defenderam melhorias nos esforços de inteligência e monitoramento, porém, enfatizaram a necessidade de desarticular redes criminosas organizadas que estão enraizadas na governança e nas economias locais, particularmente na exploração madeireira ilegal, na mineração ilícita e no narcotráfico.
- **Implementar e apoiar os acordos internacionais e de paz:** Os atores brasileiros defenderam a ratificação e implementação de compromissos ambientais internacionais, como a Declaração de Belém, para fortalecer a governança ambiental. Na Colômbia, os respondentes continuam destacando a necessidade de soluções negociadas para o conflito armado e a desmobilização de grupos ilegais (ligados ao Acordo de Paz de 2016), apontando que facções armadas continuam explorando a insegurança territorial e os vácuos de governança. Essa diferença ressalta como as trajetórias históricas moldam as prioridades nacionais: o Brasil, com foco na sustentabilidade ecológica, e a Colômbia, com ênfase na consolidação da paz e na estabilização institucional.
- **Mobilizar as lideranças políticas por meio de compromissos regionais e nacionais:** Os compromissos políticos de alto nível, do âmbito regional ao nacional e subnacional, são fundamentais para estabelecer as bases de um engajamento mais profundo frente aos riscos territoriais e regulatórios. Declarações como a Declaração de Belém (2023), que deu à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) mandato para enfrentar desafios relacionados ao Estado de Direito, e o Plano Amazônico de Segurança e Soberania (AMAS) do Brasil (2024) ilustram o crescente reconhecimento de que as agendas de economia verde devem estar ancoradas na estabilidade legal e institucional.³⁷ Na Colômbia, a estratégia *Visión Amazonía* exemplifica como os objetivos de redução do desmatamento podem ser vinculados a mecanismos de financiamento internacional, sob marcos como a Declaração Conjunta de Intenção.³⁸ No entanto, esses planos precisam ser respaldados por financiamento, coordenação intersetorial e vontade política.
- **Integrar monitoramento comunitário e inovação tecnológica:** O monitoramento ambiental liderado por comunidades, utilizando GPS, drones e plataformas móveis de dados, vem ganhando espaço como ferramenta-chave para a defesa territorial. Na Colômbia, por exemplo, a *Mesa Institucional de Monitoreo Comunitario*, coordenada pelo Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos

Ambientais (IDEAM), integra os dados coletados pelas comunidades aos sistemas ambientais nacionais. ONGs como a Amazon Conservation Team (ACT) e a Fundação Gaia Amazonas capacitaram comunidades indígenas em cartografia digital e monitoramento ecológico. Essas iniciativas não apenas melhoram a vigilância em tempo real, como também reforçam a autonomia comunitária, a governança local e a legitimidade territorial em áreas onde a fiscalização oficial é fraca ou inexistente.

- **Reconhecer e abordar possíveis arranjos de governança informal e híbrida:** As entrevistas realizadas no Brasil e na Colômbia revelaram a presença generalizada de sistemas de governança híbridos, em que a autoridade do Estado se sobrepõe e, às vezes, compete com instituições informais, normas comunitárias e controles exercidos por atores criminosos. No Brasil, iniciativas como os Territórios de Uso Coletivo (TUCs) e mecanismos participativos de resolução de conflitos representam modelos inovadores que combinam a regulação formal com a supervisão comunitária. Sob uma perspectiva de curto prazo, o engajamento com esses atores pode parecer uma estratégia pragmática, oferecendo benefícios imediatos ou facilitando operações. No entanto, os riscos de longo prazo para investidores são significativos: tal envolvimento pode legitimar inadvertidamente estruturas ilegais, conduzindo a maior instabilidade, problemas legais e danos reputacionais.
- **Analisar e abordar o papel dos grupos armados e das negociações informais na governança:** Na Colômbia, embora impliquem riscos reputacionais e responsabilidades legais, as negociações informais com grupos armados continuam sendo uma realidade em muitas regiões. Algumas comunidades notificam esses

atores antes de implementar projetos, enquanto facções como o *Estado Mayor Central* (EMC)³⁹ impuseram controles ambientais em áreas sem presença do Estado. Em 2023, foi registrada redução superior a 50% no desmatamento em alguns territórios sob controle do EMC. Embora controversa, essa dinâmica reflete um vazio de governança e exige estratégias criativas e baseadas em direitos para transitar de formas de governança criminosa de fato para uma autoridade pública legítima, especialmente em áreas onde a reintegração por parte do Estado falhou desde o Acordo de Paz de 2016.

- **Nunca normalizar a extorsão nem as economias coercitivas:** A extorsão, também conhecida como “*vacunas*” em espanhol ou “caixinha” em português, tornou-se um “custo operacional” enraizado para muitos atores na Amazônia brasileira e colombiana. Embora esses pagamentos possam garantir a continuidade das operações no curto prazo, eles acabam alimentando economias criminosas, comprometendo padrões éticos e minando a governança e a segurança no longo prazo. Os formuladores de políticas públicas, doadores e investidores devem reconhecer essas realidades e desenhar intervenções contextualizadas que protejam as comunidades sem reforçar fluxos financeiros coercitivos nem legitimar estruturas ilegais de poder.
- **Incentivar estratégias de investimento adaptativas e com tolerância ao risco:** As iniciativas filantrópicas e os investidores de impacto devem adotar abordagens conscientes do risco e baseadas em evidências que reconheçam a complexidade operacional da Amazônia. Há amplo consenso entre os atores locais de que não existe uma “solução mágica”; pelo contrário, é necessário enfrentar simultaneamente múltiplos riscos estruturais

e imediatos. Os investidores devem incorporar registros de riscos territoriais, condicionar os desembolsos a avaliações de linha de base e co-criar estratégias de mitigação junto a atores locais. A capacidade de trabalhar “com a realidade tal como ela é”, inclusive apoiando modelos híbridos e governança participativa, é fundamental para que os investimentos sejam éticos, eficazes e sustentáveis.

- **Promover a conscientização sobre riscos e o fortalecimento de capacidades entre investidores de impacto e desenvolvedores de projetos:** Os investidores de impacto devem ir além da diligência prévia financeira tradicional para avaliar e gerir sistematicamente os riscos territoriais e regulatórios. Isso começa com avaliações periódicas de linha de base que identifiquem os principais fatores de risco, vulnerabilidades e estratégias de mitigação, que avaliem tanto as consequências previstas quanto as não intencionais de operar em regiões disputadas ou inseguras. Os investimentos pertinentes devem incluir registros padronizados de riscos territoriais como parte de seus protocolos de diligência prévia. Paralelamente, investidores e desenvolvedores de projetos devem participar de capacitações especializadas, presenciais ou virtuais, que aprofundem a compreensão das dinâmicas locais e fortaleçam a responsabilidade perante as comunidades afetadas. Com o apoio de organizações como a Amazon Investor Coalition, o Instituto Igarapé e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), essas capacitações podem ser complementadas por esforços de incidência estratégica que promovam o engajamento com instituições públicas e atores locais, impulsionando reformas políticas e fortalecendo as salvaguardas regulatórias essenciais para um investimento sustentável e sensível a conflitos.

Anexo: Exemplos de medidas para mitigar os riscos territoriais e regulatórios

Medidas	Exemplos da Colômbia	Exemplos do Brasil
Promover compromissos políticos regionais, nacionais e subnacionais	A Declaração de Belém (2023) concede à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) mandato para adotar uma abordagem mais firme no enfrentamento de questões relacionadas ao Estado de Direito.	
Fortalecer os marcos regulatórios e as instituições para proteger o meio ambiente	O Plano Integral de Contenção ao Desmatamento (PICD), parte do Plano Nacional de Desenvolvimento 2022–2026, busca reduzir o desmatamento em 20% por meio de economias florestais comunitárias, ordenamento territorial, aplicação penal e conservação da biodiversidade, enfrentando desafios impostos por atores ilegais e grupos armados que minam os esforços ambientais.	Programa de Modernização do Licenciamento Ambiental integra sistemas digitais e capacitações nos municípios, reduzindo o tempo de análise e aumentando a detecção de irregularidades.
Fortalecer o regime fundiário para garantir transparência e prestação de contas	O Cadastro Multipropósito (<i>Catastro Multipropósito</i>) é uma iniciativa para criar um sistema cadastral integrado, atualizado e interoperável que abranja informações físicas, jurídicas e econômicas de imóveis rurais e urbanos. No início de 2025, aproximadamente 26,8% do território nacional havia sido atualizado nesse sistema, com meta de 50% até o fim do ano.	O Programa de Regularização Fundiária Digital do Pará integra mapeamento georreferenciado, registro público de títulos e câmaras comunitárias de mediação.
Aplicar proteções ambientais	O Conselho Nacional de Combate ao Desmatamento e Outros Crimes Ambientais (Conaldef), criado em 2019, coordena estratégias interinstitucionais para combater o desmatamento, especialmente em áreas críticas.	A Força-Tarefa Integrada de Proteção Ambiental combina monitoramento por satélite e equipes interinstitucionais.

Medidas	Exemplos da Colômbia	Exemplos do Brasil
Reforçar o Estado de Direito e as medidas anticorrupção	O <i>Territorios Forestales Sostenibles</i> (Tefos), programa emblemático do International Climate Finance (ICF) do Foreign, Commonwealth & Development Office (FCDO), tem como objetivo estabilizar as fronteiras de desmatamento em áreas rurais da Colômbia afetadas por conflitos, por meio do fortalecimento do sistema de justiça penal para combater de forma mais eficaz os crimes ambientais em pontos críticos de desmatamento.	O Sistema Integrado de Transparência do Licenciamento Ambiental digitaliza os processos municipais e realiza verificações automatizadas.
Melhorar a infraestrutura e a acessibilidade	A introdução de serviços de internet via satélite, como o Starlink, que oferece internet de alta velocidade em áreas remotas, oferece uma solução promissora para fechar as lacunas de conectividade na Amazônia, desde que haja mecanismos eficazes de monitoramento e fiscalização para prevenir usos indevidos e garantir benefícios equitativos.	O Programa de Conectividade Amazônica implementa redes de internet via satélite e rotas logísticas em 30 comunidades isoladas.
Rastreabilidade e cumprimento de padrões internacionais	O Acordo Desmatamento Zero (Acuerdo Cero Deforestación), nos setores de pecuária e laticínios, estabelecido em maio de 2019, é uma iniciativa público-privada voltada a eliminar o desmatamento e a transformação de <i>páramos</i> ⁴⁰ nessas cadeias produtivas para 2025.	Sistema de Rastreabilidade da Amazônia utiliza tecnologia <i>blockchain</i> e monitoramento por satélite para certificar 10.000 produtores de açaí.
Criação de corredores transfronteiriços de áreas protegidas.	A Aliança Corredor Triplo A (Andes-Amazônia-Atlântico), impulsionada pela colaboração entre a Gaia Amazonas, comunidades indígenas colombianas e diversas organizações, destaca o papel dos atores locais nos esforços de conservação transfronteiriça.	Esta questão não foi mencionada nas entrevistas realizadas no Brasil.

continuação

Medidas	Exemplos da Colômbia	Exemplos do Brasil
Monitoramento de dinâmicas ambientais	O Observatório de Conflitos Ambientais da Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS) monitora conflitos ambientais vinculados a projetos de infraestrutura, indústrias extrativistas e expansão agrícola.	O Sistema de Alerta Climático do Acre combina dados meteorológicos e redes comunitárias para prever eventos extremos, reduzindo perdas agrícolas e protegendo comunidades vulneráveis.
Uso transparente dos recursos de projetos e investimentos locais	A plataforma Global Forest Watch, do WRI, oferece dados de acesso livre e ferramentas de monitoramento em tempo real para rastrear a perda florestal, ajudando a garantir que os recursos destinados a projetos de conservação sejam utilizados de maneira eficaz.	O Portal da Transparência de Fundos Ambientais publica dados em tempo real sobre recursos e decisões, aumentando a participação comunitária na gestão de investimentos locais.
Empoderar comunidades indígenas e comunidades locais.	Organizações como a Amazon Conservation Team (ACT) e a Fundação Gaia Amazonas trabalham em estreita colaboração com grupos indígenas para apoiar o mapeamento territorial, a preservação cultural e o desenvolvimento de estruturas robustas de governança.	O Programa de Capacitação em Gestão Territorial combina conhecimentos tradicionais e técnicos, permitindo que comunidades indígenas e quilombolas gerenciem diretamente seus projetos sustentáveis.
Monitoramento comunitário de recursos	A <i>Mesa Institucional de Monitoreo Comunitario</i> , liderada pelo Instituto de Hidrologia, Meteorologia e Estudos Ambientais (Ideam), promove a colaboração entre instituições governamentais e organizações comunitárias, facilitando a incorporação dos dados coletados localmente nos sistemas nacionais de monitoramento ambiental.	A Rede de Vigilância Territorial Indígena combina saberes tradicionais e tecnologia digital para monitorar e proteger os territórios, reduzindo invasões ilegais.

continuação

Medidas	Exemplos da Colômbia	Exemplos do Brasil
Processos de negociação com grupos armados	Em 2023, o <i>Estado Mayor Central</i> (EMC), uma facção dissidente das Farc, implementou um cessar-fogo temporário e impôs restrições à extração de madeira em Caquetá e Guaviare, o que levou a uma redução de 51% no desmatamento nessas regiões. No entanto, quando as negociações de paz estagnaram em 2024, o EMC suspendeu essas restrições, permitindo a retomada do desmatamento, muitas vezes mediante pagamentos de extorsões, reforçando assim seu controle territorial.	Este tema não foi mencionado nas entrevistas realizadas no Brasil.
Pagamento de extorsões	Embora os pagamentos ilegais a grupos armados que controlam territórios possam oferecer benefícios econômicos de curto prazo, eles representam um alto risco para os investidores, pois consolidam atividades ilegais e ameaçam tanto o cumprimento da lei quanto a sustentabilidade a longo prazo.	Esta questão não foi abordada diretamente nas entrevistas realizadas no Brasil.

Notas de fim

1. Instituto Igarapé (2022). Artigo Estratégico 55, [O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta](#)
2. MapBiomas (2023). [Signs of illegality in deforested areas prevail from north to south of Brazil](#)
3. Fundação para a Conservação e o Desenvolvimento Sustentável (FCDS). [Deforestación en el bioma amazónico colombiano](#)
4. Painel Científico para a Amazônia – SPA (2021). Capítulo 14: Amazônia em movimento: Mudanças na política, estratégias de desenvolvimento, povos, paisagens e meios de subsistência, no [Relatório de Avaliação da Amazônia 2021](#); Garcia, P. e Wong, G. (2024). [The political economy of deforestation in the Colombian Amazon](#), Universidade de Estocolmo.
5. Nunes, F. *et al.* (2024). [Lessons from the historical dynamics of environmental law enforcement in the Brazilian Amazon](#), Artigo Científico 14. Amazon Watch (2023). [Amazonian Indigenous Peoples Mobilize Against Railway Mega-project That Threatens Rights and the Rainforest](#)
6. Bebbington, A. *et al.* (2018). [Resource extraction and infrastructure threaten forest cover and community rights](#), Sustainability Science 115 (52); Bustos, S., Cheston, T. e Rao, N. (2023). [The missing economic diversity of the Colombian Amazon](#)
7. Brito, B. e Faris, H. (2022). [O Judiciário está punindo desmatadores ilegais na Amazônia? Resultados do programa Amazônia Protege](#)
8. Candino, M., Brandao, A., Munger, J., Rausch, L. e H. Gibbs (2024). [Protected areas in the Brazilian Amazon threatened by cycles of property registration, cattle ranching and deforestation](#), Land 13 (7); Comitê Nacional dos Países Baixos – IUCN (2022), [Drivers of deforestation in the Colombian Amazon: land grabbing](#)
9. Reydon, B., Siqueira, G., Passos, D. e S. Honer (2023). [Unclear land rights and deforestation: pieces of evidence from the Brazilian reality](#), Land 12 (1), e Jones, K., Cabra-Ruiz, N., Sanchez, N., Gonzalez, E., e M. Velez (2024). [Land tenure security and forest cover in the Colombian Amazon](#), Frontiers for Global Change, Volume 7.
10. Painel Científico para a Amazônia – SPA (2021). Capítulo 19: Fatores determinantes e impactos ecológicos do desmatamento e da degradação florestal, no [Relatório de Avaliação da Amazônia 2021](#); Abdenur, A. Kuele G. e Amorim A. eds. (2019). [Clima e segurança na América Latina e no Caribe](#), Instituto Igarapé e Instituto Clima e Sociedade; Nguyen, T.T. *et.al.* (2023). [Security risks from climate change and environmental degradation: implications for sustainable land use transformation in the Global South](#), no [Current Opinion in Environmental Sustainability](#). Vol. 63.
11. Instituto Igarapé (2024). [Siga o Dinheiro: crimes ambientais e ilícitos econômicos em cadeias produtivas na Amazônia brasileira](#), Artigo Estratégico 63.
12. Mueller, B. (2022). [Property rights and violence in indigenous land in Brazil](#), Land Use Policy, Vol. 116; Bispo, D., Bernardy, R., Jacinto, J. e Oliveira, L. (2024). [Conflitos territoriais e gestão fundiária na Amazônia: desafios e dinâmicas em Rondônia](#), Revista de Gestão Social e Ambiental 18 (10).
13. Waisbich, L., Risso, M., Husek, T. e L. Brasil (2022). [O ecossistema do crime ambiental na Amazônia: uma análise das economias ilícitas da floresta](#), Artigo Estratégico 55; InSight Crime e Instituto Igarapé (2023). [As raízes do crime ambiental na Amazônia colombiana](#); Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e Instituto Igarapé (2024). [A relação entre drogas e crimes na Bacia Amazônica](#)
14. As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2024 e janeiro de 2025, seguindo um formato padrão e com duração entre 30 e 60 minutos. Elas ocorreram tanto presencialmente quanto por telefone. As transcrições foram preservadas e todos os dados foram sistematizados em matrizes. Os nomes e locais das pessoas entrevistadas foram mantidos em sigilo para proteger sua privacidade e garantir sua segurança.

15. Confederação Nacional de Municípios - CNM (2022). O [Licenciamento urbanístico em 85% dos municípios não é digitalizado](#); no Norte, a proporção de digitalização do setor é inferior a 18%.
16. A partir de 2025, os novos sistemas via satélite em órbita terrestre baixa (LEO, na sigla em inglês), como o Starlink, da SpaceX, e o Projeto Kuiper, da Amazon, ampliaram significativamente a conectividade à internet na Bacia Amazônica, especialmente em áreas remotas e anteriormente isoladas. Essas tecnologias oferecem acesso com maior velocidade e menor latência em comparação com as opções via satélites tradicionais, permitindo maior inclusão digital para comunidades indígenas, sistemas de monitoramento ambiental e atores da sociedade civil que atuam na linha de frente. Embora a adoção ainda seja desigual devido a barreiras de custo e regulamentação, esses sistemas começam a reduzir lacunas digitais críticas, apoiar serviços de telemedicina e educação e fortalecer o monitoramento ambiental e de segurança em tempo real em regiões de difícil acesso.
17. A crônica falta de serviços básicos na Amazônia, incluindo saúde, centros médicos, educação, água potável e saneamento, combinada com opções legais de subsistência limitadas, empurra muitas pessoas para atividades de extração ilícita e predatórias como forma de sobrevivência. O fornecimento irregular de energia elétrica, as estradas intransitáveis e a escassez de conexões aéreas dificultam a implementação de empreendimentos sustentáveis e tornam a fiscalização do Estado praticamente inviável.
18. Depoimento de um representante indígena: “A demarcação não impede a ilegalidade. O narcotráfico avançou. Conseguimos frear a mineração, as grandes empresas não entram no nosso território e o grande projeto da estrada que ia passar por aqui não prosperou. Conseguimos barrar tudo isso, mas o resto, o narcotráfico, isso nós não conseguimos.”
19. O Brasil é o segundo país mais letal do mundo para os defensores da terra e do meio ambiente, com 25 pessoas assassinadas em 2023, ficando atrás apenas da Colômbia, que registrou 79 homicídios no mesmo ano. Global Witness (2024). [Standing Firm: The Land and Environmental Defenders Report 2023](#)
20. Instituto SINCHI. [Divisão política administrativa](#)
21. As entrevistas foram realizadas entre outubro de 2024 e janeiro de 2025, seguindo um formato padrão e com duração entre 30 e 60 minutos. Elas foram conduzidas tanto presencialmente quanto por telefone. As transcrições foram preservadas e todos os dados foram sistematizados em matrizes. Os nomes e localizações das pessoas entrevistadas foram mantidos em sigilo para proteger sua privacidade e garantir sua segurança.
22. Farc, ou Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, é um grupo guerrilheiro de orientação marxista fundado em 1964 como braço armado do Partido Comunista Colombiano. O grupo manteve um conflito armado contra o Estado durante mais de cinco décadas, mas, após o acordo de paz de 2016, se desmobilizou formalmente e se transformou em partido político. No entanto, várias facções dissidentes rejeitaram o processo de paz e continuam ativas, frequentemente vinculadas ao narcotráfico, à mineração ilegal e a outras economias ilícitas.
23. Corte Suprema de Justiça da Colômbia (2018). [Lineamientos para la actualización de las determinantes ambientales: Tercera orden de la Sentencia STC 4360 de 2018 – Amazonía sujeto de derechos](#)
24. A cooptação das instituições regulatórias por parte de elites locais na Amazônia, especialmente dentro das Corporações Autônomas Regionais (CAR), enfraquece a governança ambiental ao priorizar interesses particulares ligados ao desmatamento, à grilagem de terras e às economias ilegais. Essa dinâmica fomenta a corrupção e a impunidade, enquanto projetos como os de créditos de carbono têm gerado conflitos intra comunitários relacionados à gestão de fundos e à liderança, muitas vezes agravados pela falta de transparência. Embora, em alguns casos, os mecanismos de financiamento tenham contribuído para reduzir as tensões, muitas comunidades continuam enfrentando problemas de governança e coesão interna. Paralelamente, a extorsão exercida por grupos criminosos continua sendo generalizada, afetando tanto territórios indígenas quanto iniciativas privadas, a ponto de algumas empresas já incluírem a extorsão como parte de seus custos operacionais.

25. O desmatamento ilegal e a degradação ambiental na Amazônia, impulsionados por redes criminosas organizadas, grilagem de terras e atividades extrativas como a mineração ilegal, bem como a pecuária extensiva, exercem enorme pressão tanto sobre as comunidades quanto sobre os ecossistemas. As respostas governamentais frágeis e a expansão de assentamentos reforçam o desmatamento em detrimento da conservação, enquanto a região funciona como um “território de lavagem de dinheiro” para os rendimentos do narcotráfico. A alta demanda global por ouro alimenta a mineração ilegal, que acelera o desmatamento, interrompe a conectividade ecológica e desloca as economias legais, perpetuando um ciclo de destruição florestal.
26. As ameaças sistêmicas na Amazônia colombiana representam riscos significativos para os investidores, devido à complexa interação entre a demanda global por commodities, o crime transnacional e a governança frágil. O apetite internacional, tanto por bens legais quanto ilegais, impulsiona o desmatamento e a mudança no uso do solo. Ao mesmo tempo, a região se converteu em um ponto focal do crime ambiental organizado transnacional, onde a mineração ilegal, o narcotráfico e a lavagem de ativos alimentam a instabilidade. As redes criminosas estabeleceram formas de “governança criminosa”, substituindo a presença do Estado em vastas áreas e gerando dependência econômica entre as populações locais, o que enfraquece ainda mais as perspectivas de investimento sustentável.
27. A Reforma Rural Integral foi estabelecida no Acordo de Paz de 2016 como um pilar fundamental para enfrentar a desigualdade no acesso à terra. Embora tenham ocorrido avanços, especialmente durante a administração Petro, com mais de um milhão de hectares adquiridos e mais de três milhões formalizados, a implementação tem sido dificultada por gargalos burocráticos, capacidade local limitada e conflitos persistentes nas áreas rurais. Reuters (2024). [Colombia makes slow progress on land rights since Farc peace deal](#)
28. O Cadastro Multipropósito, também fruto do Acordo de Paz, é uma ferramenta fundamental para esclarecer o regime fundiário e melhorar a governança rural. Até 2025, cerca de 26,8% do território nacional foi atualizado. No entanto, as lacunas de cobertura e a coordenação limitada com os territórios indígenas e coletivos indicam que seu potencial completo ainda não foi concretizado. Governo da Colômbia (2025). [Colombia avanza en la implementación del Catastro Multipropósito, 26,8% del territorio nacional actualizado es la cifra que reporta el IGAC para 2025](#)
29. Consulte a pesquisa da Amazon Investor Coalition e do Instituto Igarapé sobre riscos de segurança territorial e regulatória na Amazônia, com introduções disponíveis em [português](#) e [espanhol](#). A versão em inglês está incluída no mesmo documento; basta rolar a página para visualizá-la. A pesquisa já está encerrada, mas as introduções continuam acessíveis ao público.
30. Dos 57 respondentes no Brasil, 38 estavam vinculados a instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil, enquanto 19 eram empreendedores do setor privado. Na Colômbia, 19 respostas vieram de profissionais de centros de pesquisa e ONGs, e 12 do setor privado.
31. Foram recebidas pelo menos 20 respostas do Amazonas, 18 do Pará, 5 do Acre, 7 do Amapá, 4 de Rondônia e 1 resposta, respectivamente, de Roraima, Maranhão, Mato Grosso e Tocantins.
32. Outras áreas incluíram São Gabriel da Cachoeira, Careiro Castanho, Manicoré, Alto Solimões, Médio Juruá, Amaturá e Santo Antônio do Itá.
33. Os respondentes puderam apresentar, de forma aberta, recomendações a autoridades federais, estaduais ou locais sobre como enfrentar os fatores que alimentam a insegurança nos territórios onde atuam. As contribuições foram analisadas e consolidadas em áreas temáticas-chave.
34. O Código Florestal do Brasil (Lei 12.651/2012) regula o uso da terra, incluindo a manutenção de reservas legais e áreas de preservação permanente. O Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) coordena os esforços de proteção ambiental nos níveis federal, estadual e municipal. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), órgão vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, também é responsável por fiscalizar a política de “desmatamento zero”.

35. No Brasil, a Lei de Regularização Fundiária (13.465/2017) trata de questões relacionadas ao regime fundiário, incluindo a regularização da posse e da propriedade da terra em áreas rurais. O Cadastro Ambiental Rural (CAR) é o registro das propriedades e posses rurais no país, enquanto o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) é responsável por coletar e organizar os registros de propriedades rurais, incluindo sua criação, subdivisão, unificação e compra e venda. No entanto, a aplicação dessa lei é desigual, o Incra frequentemente carece de capacidade operacional e o CAR ainda não foi digitalizado, o que favorece a impunidade e facilita práticas corruptas e ilícitas em múltiplos níveis.
36. O Estatuto dos Povos Indígenas do Brasil (1973, atualizado em 2006) estabelece os direitos básicos das populações indígenas. Na Colômbia, o reconhecimento dos direitos territoriais indígenas por meio da criação de resguardos indígenas (terras indígenas) tem sido um passo crucial para proteger os territórios contra atividades ilegais como desmatamento, mineração e grilagem de terras. Iniciativas como os Planos de Gestão Ambiental Territorial (PGAT) oferecem às comunidades indígenas marcos legais para gerir de forma sustentável suas terras ancestrais, fortalecendo os direitos territoriais e reduzindo disputas fundiárias. Organizações nacionais como a Organização Nacional dos Povos Indígenas da Colômbia (ONIC) desempenham um papel vital na defesa dos direitos indígenas, na formulação de políticas nacionais e na coordenação de esforços para proteger os territórios indígenas contra ameaças externas. Organizações como a Amazon Conservation Team (ACT) e a Fundação Gaia Amazonas trabalham em estreita colaboração com grupos indígenas para apoiar o mapeamento territorial, a preservação cultural e o desenvolvimento de estruturas sólidas de governança. A Tropenbos Colômbia promove práticas de uso sustentável da terra e facilita o diálogo entre comunidades locais, governos e outros atores.
37. No Brasil, o Plano Amazônico de Segurança e Soberania (AMAS), liderado pelo Ministério da Justiça e financiado parcialmente pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), oferece um marco de referência nesta direção. Da mesma forma, programas como o [PAMGIA](#) e o [Projeto Sirenejud](#) podem mobilizar dados padronizados para apoiar o relato em tempo real e a emissão de multas. Medidas de anticorrupção e transparência, incluindo a Lei Anticorrupção (2013), a [Lei da Mineração de Ouro](#) (3025/23) e programas de capacitação para promotores sobre lavagem de dinheiro ligada a crimes ambientais, reforçam essa abordagem. Ver: Ministério da Justiça e Segurança Pública (2023). [Plano AMAS fortalece presença do Estado na Região Amazônica](#) e Ministério da Justiça e Segurança Pública (2024). [Combate à corrupção e à lavagem de dinheiro em crimes ambientais é tema de qualificação na Região Norte](#)
38. Este plano conta com apoio financeiro internacional, particularmente da Noruega, Alemanha e do Reino Unido, no âmbito da Declaração Conjunta de Intenção (JDI) sobre florestas, que vincula o financiamento a reduções mensuráveis no desmatamento.
39. O Estado-Maior Central (EMC) é a facção dissidente mais numerosa e organizada do antigo grupo guerrilheiro Farc. Rejeitou o Acordo de Paz de 2016 e mantém presença em várias regiões da Colômbia, especialmente na Amazônia e em outras áreas rurais. Ver Reuters (2024). [Colombia calls off ceasefire with some units of EMC armed group](#)
40. Páramos são ecossistemas únicos de alta montanha, encontrados principalmente na região andina, a altitudes que variam aproximadamente entre 3.000 e 4.500 metros acima do nível do mar. São comuns em países como Colômbia, Equador, Peru e Venezuela.

Expediente Institucional

Instituto Igarapé

Ilona Szabó de Carvalho
Cofundadora e Presidente

Robert Muggah
Cofundador e Chefe de Inovação

Melina Risso
Diretora de Pesquisa

Leriana Figueiredo
Diretora de Programas

Maria Amélia L. Teixeira
Diretora de Operações

Laura Trajber Waisbich
Subdiretora de Programa

Carolina Torres Graça
Diretora de Programa Green Bridge Facility

Ficha Técnica

Coordenação geral

Robert Muggah

Pesquisa

**Katherine Aguirre, Terine Husek Coelho,
Juan C. Garzón e Robert Muggah**

Yanê Amoras Lima
Diretora de Pesquisa Jurídica da AIC

Este trabalho se beneficiou das contribuições e recomendações fundamentais das equipes da AIC e do Instituto Igarapé.

Edição e tradução

Débora Chaves

Projeto gráfico

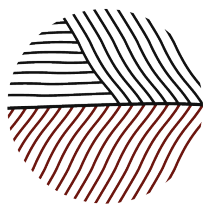
Raphael Durão e André Guttierrez

Como citar:

INSTITUTO IGARAPÉ. Fora do radar: riscos de segurança territoriais e regulatórios na Amazônia brasileira e colombiana. Rio de Janeiro. Instituto Igarapé, 2025. Disponível em: <https://igarape.org.br/publicacoes>

Número DOI:

10.5281/zenodo.17108956



INSTITUTO IGARAPÉ

a think and **do** tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente, que desenvolve pesquisas, soluções e parcerias com o objetivo de impactar tanto políticas como práticas públicas e corporativas na superação dos principais desafios nas áreas de natureza, clima e segurança no Brasil e no mundo. O Igarapé é uma instituição sem fins lucrativos e apartidária, com sede no Rio de Janeiro e atuação do nível local ao global.



AMAZON INVESTOR COALITION

A Amazon Investor Coalition é uma plataforma global de aprendizagem e colaboração que conecta filantropos, investidores privados e compradores corporativos com governos, organizações sem fins lucrativos e outros aliados com o objetivo de reduzir o desmatamento, promover economias sustentáveis baseadas na floresta e fortalecer o Estado de Direito em toda a região amazônica.

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel.: +55 (21) 3496-2114

contato@igarape.org.br

igarape.org.br

Assessoria de imprensa

press@igarape.org.br

Redes sociais

 facebook.com/institutoigarape

 x.com/igarape_org

 linkedin.com/company/igarapeorg

 youtube.com/user/InstitutoIgarape

 instagram.com/igarape_org



INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank